



Manual Língua Cabo-Verdiana
 Norma pandialetal
 não se aplica
 aos alunos Págs. 12 e 13



Porto Grande de novo na rota armamentista de Israel

Págs. 2, 4, e 6

Economia

Mexida na “governança” da TACV adiada para 21 de Outubro

Pág. 8

Hospitais

São Vicente: comida feita fora do “Baptista de Sousa”

Praia: doentes têm de levar talheres e pratos de casa

Págs. 14 e 15

Droga

Entre a sombra e a luz da recuperação

Págs. 2 a 5 in ETC

Lançamentos

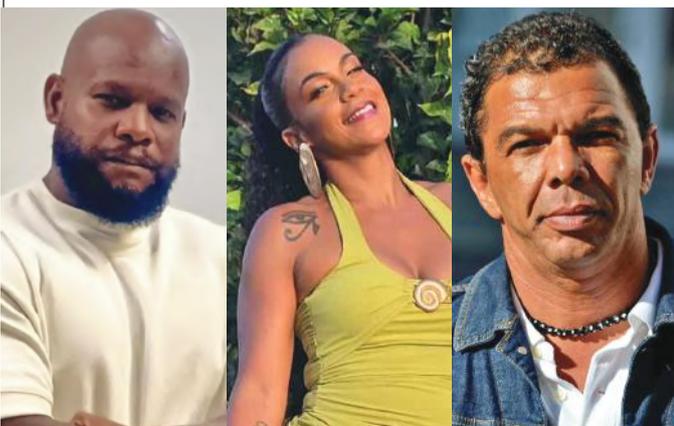
ORGANIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO CABOVERDIANA DO SEIXAL

Lançamento do livro
PARA ALÉM DO ÓBVIO
Francisco Carvalho

DOMINGO, 21 DE SETEMBRO,
 A PARTIR DAS 14h30 ÀS 17h

ASSOCIAÇÃO CABOVERDIANA DO SEIXAL

Apresenta Pág. 23
 Paulo Silva e Jorge Humberto



Porto Grande volta a estar na rota de navio com material militar para Israel

Mais de 318 toneladas de projéteis de 155 milímetros (mm) estão a caminho de Israel, passando por Cabo Verde e outros portos. De acordo com documentos obtidos pelo movimento BDS (Comité de Solidariedade com a Palestina), facultados ao A NAÇÃO, o “Marianne Danica” transporta actualmente 18 contentores de projéteis de 155 mm a caminho de Israel.

O navio (com a matrícula, IMO: 9006241), de bandeira dinamarquesa, partiu, uma vez mais também, da Índia com destino ao porto israelita de Haifa. A publicação de jornalismo investigativo irlandês The Ditch expôs a documentação, que revela ainda que o Marianne Danica passará por Porto Grande, Cabo Verde, com chegada prevista a 28 de Setembro, domingo próximo.

O Comité Nacional Palestiniano de BDS, tido como a maior coligação da sociedade civil palestiniana, apela às autoridades cabo-verdianas que impeçam que o Marianne Danica entregue a sua carga de munições e mantimentos militares para o “genocídio” israelita em curso na faixa de Gaza. Aqui, Israel tem vindo a submeter a população civil a uma dura e implacável guerra que já produziu mais de 60 mil mortes, boa parte crianças e mulheres, com recurso à fome sistemática, no que já é conside-



O navio dinamarquês Marianne Danica, que esteve no ano passado em Cabo Verde, para abastecimento de combustível, deve voltar a atracar no porto do Mindelo no próximo domingo, 28, transportando mais de 300 toneladas de munições com destino a Haifa, Israel. Esta reincidência ocorre numa altura em que a comunidade internacional se mobiliza em favor do Estado da Palestina.

Daniel Almeida

rado o maior genocídio deste século.

De acordo com uma denúncia enviada à nossa redacção, os projéteis de 155 mm do tipo M107 estão entre as armas mais letais que Israel utiliza contra o Hamas e o povo palestiniano. O Marianne Danica transporta actualmente 18 contentores de projéteis M107 de 155 mm, cada um com 17,7 toneladas.

“Os projéteis M107 po-

dem ser disparados a mais de 16 km de distância e, ao detonar, fragmentam-se em 1.950 pedaços. Estes fragmentos foram encontrados em corpos de crianças em Gaza. Os projéteis de 155 mm são cruciais para a artilharia israelita e vários foram utilizados no bombardeamento do hospital Al Shifa, em Gaza, e no assassinato de pelo menos dez civis que recolhiam alimentos no campo de refu-

giados de Jabalia”, revela.

De acordo ainda com a mesma fonte, o Marianne Danica transporta também contentores com 343 caixas de substâncias de tratamento de superfícies utilizadas para proteger as armas contra a oxidação, condições meteorológicas extremas e corrosão. Essas substâncias servem para prolongar a vida útil das armas israelitas utilizadas contra os pa-

lestinianos.

O Marianne Danica foi proibido no ano passado, pelo governo de Madrid, de atracar nos portos espanhóis por transportar material militar para Israel, depois de escalar o Porto Grande e outros portos africanos.

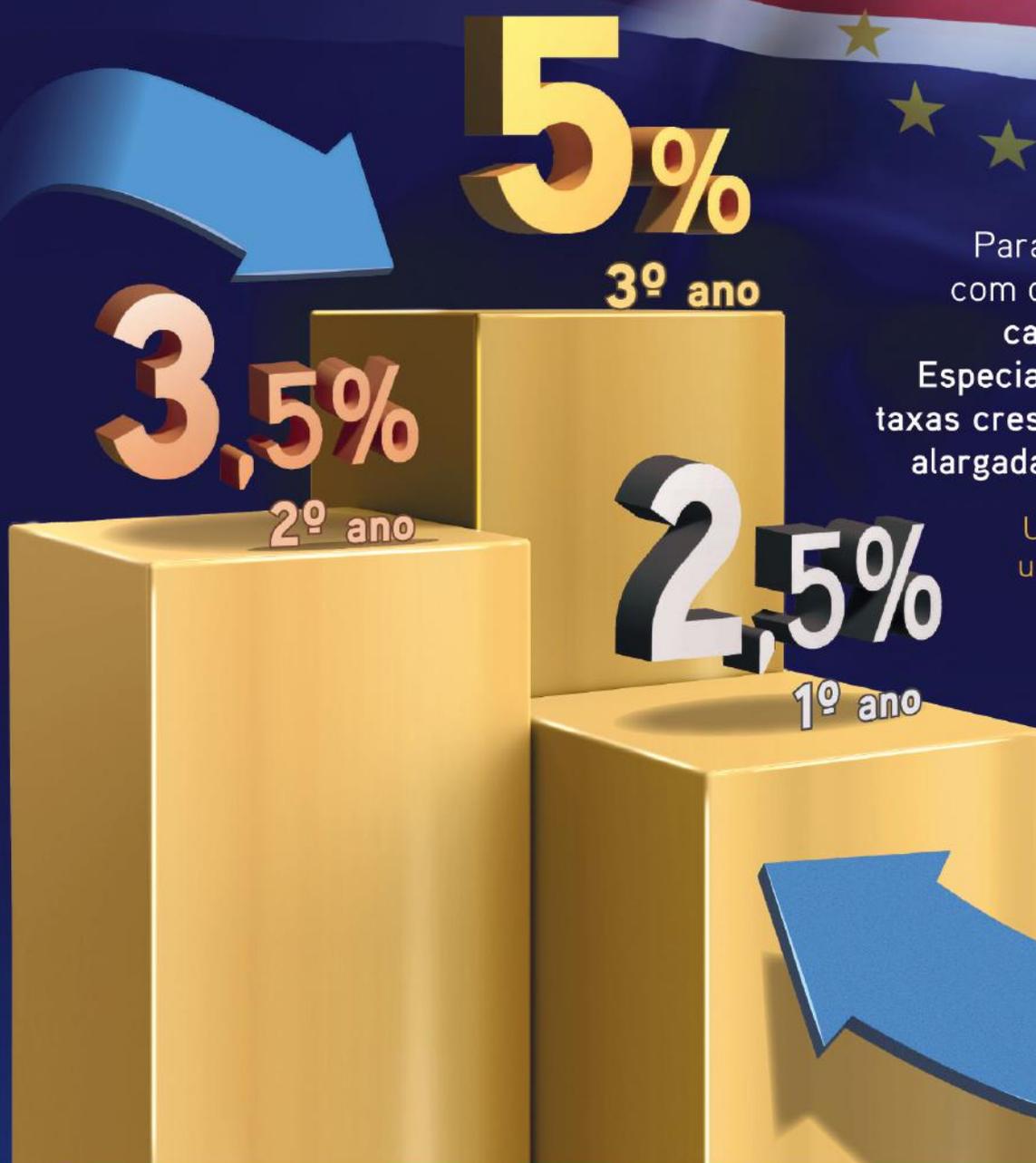
Segundo o BDS, além do Marianne Danica, Cabo Verde já serviu de acostagem para efeitos de abastecimento a vários outros navios que forneciam a Israel componentes fundamentais, armas e artigos de dupla utilização, “para a continuação do seu genocídio contra a população palestiniana de 2,3 milhões em Gaza, apesar do apoio consistente do país à autodeterminação palestiniana na ONU”.

Continua na página A4

Depósito crescente

5.0 Especial Independência

AGORA TEM MAIS TEMPO PARA ADERIR



Para continuar a celebrar com quem confia em nós, a campanha **Depósito 5.0 Especial Independência**, com taxas crescentes até 5% a.a foi alargada até 30 de setembro.

Um depósito a prazo com uma taxa progressiva que cresce com o tempo — tal como o país que celebramos.

Constituição: Até 30 de setembro | Prazo: 3 anos |
Montantes: de 50.000 a 15.000.000 CVE | Exclusivo
para fundos frescos e limitado ao stock disponível.

BAI Cabo Verde A independência celebra-se com vitórias.
As vitórias conquistam-se aqui.

[f](#) [@](#) [in](#) [v](#) www.bancobai.cv

Cabo Verde e o embargo de armas a Israel

Cabo Verde votou a favor da Resolução A/RES/ES-10/24 da AGNU, adoptada a 18 de Setembro de 2024, que apela a um embargo militar a Israel, em conformidade com as obrigações legais do Estado.

Contudo, após protestos generalizados que impediram com sucesso a atracagem de navios que transportavam materiais militares para Israel na Namíbia, Angola, Espanha, França, Itália, Eslovénia, Malta, Grécia, Turquia e outros países, Cabo Verde emergiu como um porto crucial para facilitar o transporte de material militar a caminho de Israel.

Mahmoud Nawaja'a, coordenador geral do Comité de Solidariedade com a Palestina, apela ao povo cabo-verdiano para que pressione o Governo e as autoridades portuárias no sentido de não colaborarem no transporte desse material militar que será utilizado para ceifar vidas de crianças

Director: José Augusto Sanches | Ano XVII | Nº 874 | 30 de Maio de 2024 | Distribuição: 12.500 pessoas +, em suporte digital | Preço: 2000\$

VERTOM ODETTE
General Cargo Ship, IMO 9373333



Map position | Add Photo | Add to Fleet

POSITION & VOYAGE DATA

Porto Grande, Cape Verde
ETA: May 28, 15:00

Predicted ETA: -

Distance / Time: -

Course / Speed: 34.9° / 8.9 kn

Current Draught: 4.5 m (max 5.6)

Navigation Status: Under way

Position received: 27 mins ago

IMO / MMSI: 9373333 / 253825000

Call sign: LKOW

Flag: Luxembourg

Length / Beam: 101 / 15 m

Luanda, Angola
ATD: May 17, 17:40 UTC (12 days ago)

SHIP POSITION & WEATHER



RECENT PORT CALLS

Port	Arrival (UTC)	Departure (UTC)	In Port
Luanda, Angola	May 17, 04:04	May 17, 17:40	13h 35m
Maputo Anchorage, Mozambique			

Violação de Resolução da ONU

Cabo Verde “facilita” transporte de armas para Israel

Página 2, 4.eo

palestinianas.

“O povo de Cabo Verde deve garantir que não dará abrigo ao genocídio e pressionar o seu Governo e autoridades portuárias para que investiguem o Marianne Danica e confiscuem qualquer carga ilegal a bordo do

navio”, afirma.

“Apelamos ao povo de Cabo Verde, com a sua orgulhosa história de luta anticolonial, para que nos acompanhe nesta hora mais sombria da nossa luta contra o genocídio, o apartheid e a ocupação ilegal de Israel,

e para que se posicione do lado certo da história e do crescente número de países que não permitem que o seu mar e portos sejam usados para alimentar o genocídio de Israel, mas que tomem medidas para impedir o fluxo de material militar. A fro-

ta genocida de Israel deve ser detida”, realça.

À espera da ENAPOR

O Marianne Danica partiu no dia 21 de Agosto de Chennai, na Índia, com destino a Israel. Esta embarcação está, neste momento, a caminho do Porto Grande, no Mindelo, com chegada prevista para domingo próximo, dia 28 deste mês.

A NAÇÃO tentou contactar o presidente do Conselho de Administração da Enapor através da assessora de imprensa, mas sem sucesso. Érica Antunes prometeu um retorno, mas, até o fecho desta edição, não houve qualquer reacção da empresa que administra os portos de Cabo Verde.

Também tentamos estabelecer o contacto com ministro do Mar, mas Jorge Santos não atendeu o nosso telefonema e nem respondeu as nossas mensagens.

Continua na página A6

Cabo Verde na rota armamentista de Israel

Esta não é a primeira vez que Cabo Verde surge na rota de embarcações transportando, alegadamente, armas para Israel vindas do Oriente.

Em Maio do ano passado, na edição nº 874, A NAÇÃO deu conta de o mesmo navio Marianne Danica e um outro cargueiro ti-

nham passado por São Vicente para efeitos de abastecimento de combustível. Essas mesmas embarcações não tiveram autorização para escalar portos de Espanha.

Na altura, em reacção ao artigo deste jornal, a ENAPOR emitiu um comunicado admitindo que

o Marianne Danica “aportou no Porto Grande no dia 13 de maio pelas 07:00, para efeitos de abastecimento de combustível, tendo saído pelas 15:00 do mesmo dia”.

Contudo segundo o mesmo comunicado, a documentação indicava que o navio era proveniente de Chennai, Índia, e tinha como

destino Cartagena, Espanha, e não tinha “quaisquer dados, informações ou referências oficiais” a Israel, não estando “sob sanção ou qualquer outra restrição ou medida de proibição ou interdição internacional que pudesse justificar a recusa de abastecimento de combustível”. DA



GARANTA O SUCESSO ESCOLAR

O Seguro Escolar é um seguro que garante o reembolso das despesas médicas e a cobertura de danos causados a terceiros pelo aluno.

Juntos por uma educação segura.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

**GARANTIA
ESCOLAR**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 – Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



Cabo Verde foi dos primeiros a reconhecer o Estado da Palestina

A 15 de Novembro de 1988, Cabo Verde reconhecia o Estado da Palestina. Agora, 37 anos depois, vários países, entre os quais o Reino Unido, a França, o Canadá, a Austrália e Portugal, por causa do “genocídio” na Faixa de Gaza, resolveram fazer o mesmo, como pressão internacional de Israel e dos Estados Unidos da América.

A Palestina é, neste momento, reconhecida como um país – ou, neste caso, como um Estado soberano – por 155 dos 193 países-membros da ONU, representando uma percentagem de 80% dos membros dessa organização mundial.

O reconhecimento internacional do Estado da Palestina tem sido o objectivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) desde a Declaração da sua independência em 15 de Novembro de 1988 em Argel, na Argélia, numa sessão extraordinária no exílio do Conselho Nacional Palestino.

A declaração foi pron-



tamente reconhecida por uma série de países, entre os quais Cabo Verde, e até o final do ano de 1988, o Estado da Palestina já havia sido reconhecido por mais de 80 países. Em Fevereiro de 1989, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o representante da OLP reivindicou o reconhecimento da região por 94 estados.

Como parte de uma tentativa de resolver o permanente conflito israelo-palestino,

o Acordo de Oslo assinado entre Israel e a OLP, em Setembro de 1993, estabeleceu a Autoridade Nacional Palestina (ANP) como uma administração interina autorreguladora nos territórios palestinos. Israel não reconhece a Palestina como um Estado e mantém de facto um forte controlo militar em todos os territórios.

Nos últimos anos, o actual Governo de Cabo Verde tem dado sinais de algu-

ma aproximação com Israel, mostrando-se por isso tívio e ambíguo em relação à guerra que este país tem vindo a realizar contra o Hamas, na faixa de Gaza, depois do ataque perpetuado por esse grupo guerrilheiro no território israelita, matando cerca de 1200 cidadãos e aprisionado centenas de reféns. Em 2023, a cidade da Praia absteve-se numa resolução da ONU que apelava a uma pausa humanitária para permitir a assis-

tência aos civis em Gaza.

Ainda esta semana, questionado sobre o mais famoso conflito do Médio Oriente e do Mundo, o líder parlamentar do MpD, Celso Ribeiro, afirmou que o seu partido escolhe a “paz e a dignidade” dos direitos humanos, realçando que o país privilegia o diálogo e a busca por soluções pacíficas em conflitos internacionais (ainda sobre este assunto ver xxx).



Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XVIII | N°943 | 25 de Setembro de 2025 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanacaocv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv

 Banco
Interatlântico
Grupo Caixa Geral de Depósitos

Publicidade

**O SEU VERÃO NÃO ESPERA.
O SEU CRÉDITO TAMBÉM
NÃO PRECISA ESPERAR.**



Conheça as soluções de financiamento do Banco Interatlântico em www.bi.cv. Para mais informações, fale connosco através do email parceiros@bi.cv ou pelos contactos +(238) 260 2546 / 436 5774 (dias úteis, das 8h às 15h).

Mexida na “governança” da TACV adiada para 21 de Outubro



A tão falada mexida na “governança” da TACV só deverá acontecer no dia 21 de Outubro, com a realização de uma Assembleia Geral da Empresa. Na última reunião dos accionistas da companhia este assunto não foi abordado porquanto não constava da ordem do dia.

Daniel Almeida

As expectativas saíram goradas com a realização da Assembleia Geral da TACV, tendo em conta que, de acordo com as palavras do ministro do Turismo e Transportes, José Luís Sá Nogueira, haveria mexidas na governança da companhia. Porém, e estranhamente, a eleição de novos corpos sociais da empresa sequer constou da ordem do dia da reunião dos accionistas da TACV, de 22 deste mês, que continha apenas três pontos: ratificação do Termo de Acordo entre a TACV e a LACV; Apreciação da Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2025; e diversos.

A NAÇÃO sabe, no entanto, que uma eventual mexida na administração da TACV poderá ocorrer no dia 21 de Outubro numa Assembleia Geral extraordinária, que deverá ser convocada para o efeito. Na mesma ocasião serão eleitos os membros da administração da recém-criada Linhas Aéreas de Cabo Verde (LACV), que, neste momento, conta com Manuel Lima e João Pereira como presidente do Conselho de Administração e administrador, respectivamente.

A TACV está neste momento a garantir os voos domésticos e brevemente deverá contar com os dois ATR 72-600,

adquiridos recentemente. Porém, os voos domésticos deverão passar para a alçada da LACV, que aguarda o necessário Certificado de Operador Aéreo (COA) junto da Agência da Aviação Civil (AAC). Com isso, os contratos de locação dos dois ATR 72-600 passarão a ser geridos pela nova companhia.

Mas, durante esta fase, a TACV será responsável por todos os procedimentos técnicos e administrativos necessários para o registo, certificação e inclusão das aeronaves no seu COA e pela preparação para o início das operações. Isto sem prejuízo de a LACV cooperar no processo, nomeadamente no que respeita à disponibilização de informações e documentação relevantes que legalmente sejam da sua responsabilidade.

Três grandes prioridades da TACV

Na última Assembleia Geral da TACV foi apreciada a execução do Plano de Actividades e Orçamento para 2025 da em-

presa, que estabelece como uma das prioridades a estabilização das operações domésticas.

Até à operacionalização da LACV, que se encarregará do transporte aéreo doméstico, o Governo decidiu em Fevereiro de 2024, celebrar com a TACV um contrato de prestação de serviço de transporte aéreo interno de passageiros, carga e correio, incluindo as obrigações de serviço público.

Não dispendo a companhia de aeronaves adequadas a este tipo de transporte, o recurso a leasing em regime de urgência de aeronaves de menor porte e na modalidade de wet lease, segundo a administração da TACV, afigurou-se como a única solução para a resposta a essa necessidade emergencial.

A administração da TACV reconhece, no entanto, que “perturbações várias vêm impedindo que essa prestação de serviço de transporte de passageiros e carga seja realizada com elevados padrões, seja de disponibilidade de voos para satisfazer a procura existente, como sobretudo, no que diz

respeito à pontualidade, regularidade e a preços compatíveis com o poder de compra da população em geral”.

Novas rotas

Ao definir a melhoria na conectividade doméstica e internacional como segunda prioridade estratégica, a administração da TACV considera que a sua concretização “implica necessariamente o alargamento e o lançamento de novas rotas”. Estas, segundo a empresa, terão “como princípio realizar operações que resultam em rentabilidades para a TACV, servirão simultaneamente de âncoras para o fomento do hub aéreo, centrado no aeroporto do Sal e, igualmente para o reforço da conectividade com a nossa vasta diáspora espalhada pelos quatro cantos do mundo”.

Em relação à sustentabilidade financeira, que é tida como terceira prioridade, “surge como uma necessidade imperiosa, sendo que a sua realização implica a TACV ter dis-

poníveis as contas em tempo oportuno e em dia a informação financeira para a gestão”.

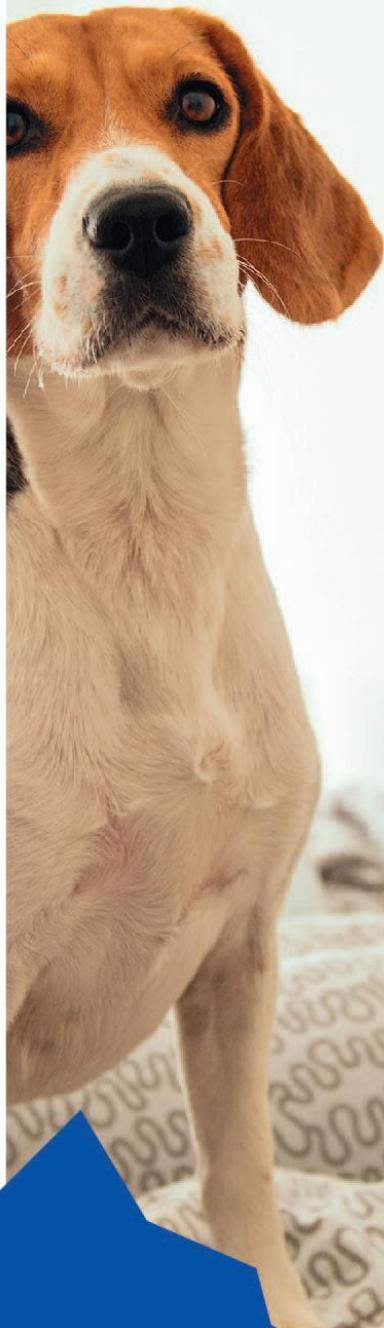
“Só assim”, realça o mesmo comunicado, “será possível traçar o caminho para a obtenção de ganhos no aumento de receitas o que exige obrigatoriamente o alargamento da rede de distribuição e de vendas, seja pela via do estabelecimento de parcerias diversas, como também pelo retorno aos sistemas ICH e BSP, sem descuidar, obviamente duma maior agressividade comercial e aumento de participações e presenças em eventos e palcos nacionais e internacionais de promoção e de captação do negócio aéreo”.

Sustentabilidade financeira

Essa almejada e “necessária” sustentabilidade financeira, consoante a administração da companhia, “vai ter de passar também, de modo incontornável, pela reestruturação dos passivos existentes, só possível com suporte do Estado enquanto acionista principal, dotando assim a nossa companhia de bandeira, de capacidade para contração de novos financiamentos destinados à realização de investimentos necessários”.



GARANTIA
SEGUROS



GARANTA UM LAR SEGURO PARA A SUA FAMÍLIA.

O seguro Multirrisco Habitação GARANTIA CASA é a solução ideal para si, para a sua família e para a sua casa. Oferece-lhe o melhor conjunto de garantias e vantagens.

Juntos por uma habitação segura e feliz.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

**GARANTIA
CASA**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 – Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



José Maria Neves preocupado com o “discurso de ódio e beligerância”

O Presidente da República alertou para o “desgaste silencioso” e o risco da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas do país. Mas, mais preocupante parece serem as “práticas políticas assentes em discursos de ódio” e na “intensificação de clivagens”, um alerta deixado pelo chefe de Estado, em vésperas de um novo ciclo eleitoral.

Joaquim Arena

Foram as “preocupações partilhadas pelos cabo-verdianos”, relativamente à “tensão política que se vem verificando no país”, que levaram o Presidente da República, José Maria Neves, a auscultar, nos últimos dias, partidos políticos, organizações religiosas, sociedade civil e antigas figuras do Estado. O objectivo, como explicou, foi “captar as percepções e inquietações do país face à actual conjuntura.” Convidado para ser ouvido, o MpD alegou razões de agenda para não participar na auscultação.

Um processo, como adiantou, que irá continuar nos próximos tempos. José Maria Neves afirmou que Cabo Verde “não enfrenta uma crise político-constitucional”, com o normal funcionamento das instituições e os mecanismos constitucionais a serem respeitados. Já o “desgaste silencioso” e o risco da perda da confiança dos cidadãos nas instituições, afirma, é real. Aqui, Neves chama a atenção para as “práticas políticas assentes em discursos de ódio” e na “intensificação de clivagens.” E aponta os “sinais de erosão silenciosa que minam a confiança dos cidadãos nas virtualidades da democracia e no futuro do país.”

O chefe de Estado alertou, na conferência de imprensa, para o “desserviço prestado por aqueles que, instigando ódios e beligerância, procuram esgarçar o delicado tecido da convivência democrática.” Outro dos



alertas deixados foi também o risco da polarização política extrema, defendendo que “a política não pode ser transformada numa arena de extermínio simbólico do adversário, numa lógica amigo/inimigo, que aprofunda polarizações e multi-

plica violências discursivas, que não conduzem a bom porto.” No que respeita à ausência de diálogo interpartidário, o presidente deu como exemplo a caducidade dos mandatos dos órgãos externos ao Parlamento, alguns em mais de um ciclo.

Recado para as eleições legislativas e presidenciais de 2026

Para além disso, José Maria Neves referiu a “dificuldade de entendimento entre órgãos de soberania, entre o poder local e o central, entre a oposição e a situação.”

O chefe de Estado alertou para a aproximação de eleições em 2026 (legislativas e presidenciais), apelando para a serenidade política e a necessidade do diálogo e da negociação, “evitando a excessiva judicialização da política”, afirmou. Para Neves, o próximo ciclo eleitoral deve ser um “momento de afirmação cívica e pedagógica, centrada na apresentação de propostas claras e construtivas.” A despartidarização e a imparcialidade da Administração Pública foi outro dos pontos da sua intervenção, apelando para o “papel da máquina do Estado ao serviço da Nação e dos cidadãos, e não de interesses partidários de circunstância.”

O presidente apelou, igualmente, para o “desbloqueio urgente de reformas estruturantes nos sectores da saúde, educação, transportes e relações externas do país. Ainda na “revitalização da democracia cabo-verdiana”, José Maria Neves destacou o papel da sociedade civil, dos jovens e da diáspora. O sistema democrático, disse, “não se esgota nos partidos e nas instituições”, lembrando a “energia crítica dos jovens, dos agentes culturais, organizações cívicas e da diáspora cabo-verdiana.” Dos partidos políticos convidados no decurso desta auscultação, o MpD não esteve presente por alegadas razões de agenda. Mas, após ouvidas as declarações de José Maria Neves, o partido do governo já disse que irá responder em breve. 

Colóquio assinala os 33 anos da Constituição da República

Hoje passam 33 anos da aprovação da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), que reflecte o novo regime democrático e a Segunda República, saídos das eleições de 13 de Janeiro de 1991. Como todas as constituições que marcam uma nova época política num país, a CRCV de 1992 foi o culminar de um processo eleitoral e democrático que mobilizou jovens quadros com vontade de mudanças profundas, em todos os sectores da vida dos cabo-verdianos.

Tal como vinha acontecendo um pouco pelo mundo, Cabo Verde não ficou imune aos novos ventos de mudança que sopravam então pelo continente reforçados pelo descalabro do império soviético. Para além disso, os jovens 'quadros', assim chamados pelos dirigentes do PAICV, contavam com o desgaste de vários anos do regime do partido único, espelhado na adesão das manifestações que começavam a surgir em Cabo Verde, após a abertura oficial, em Fevereiro de 1990. A queda do artigo 4º da Constituição então em vigor, que determinava o PAICV como força dirigente do Estado, abria caminho para a elaboração da Declaração Política, já como uma antecipação do espírito da nova Constituição necessária ao novo regime democrático.

Acentuar direitos e liberdades

Juristas como Carlos Veiga, Eurico Monteiro, Jorge

O 33º aniversário da CRCV é motivo de um colóquio com juristas nacionais e internacionais, destinado a fazer um balanço e discutir as perspectivas de reforma da Lei Fundamental cabo-verdiana. O evento comemorativo junta juristas como Carlos Veiga, Jorge Carlos Fonseca, Mário Silva, Aristides Lima, Lígia Fonseca, Jorge Bacelar Gouveia, Jaime Valle (Portugal) e Carlos Eduardo Martins (Brasil).

Joaquim Arena

Carlos Fonseca, Germano Almeida e Mário Silva, mas também cidadãos como António Espírito Santo, Jacinto Santos, entre outros, ajudaram a produzir o texto final, a partir de uma proposta elaborada por Wladimir Brito. O resultado foi uma CRCV bastante assente na garantia dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, como resposta ao regime centralizador do PAICV e restritivo das liberdades, até então. A CRCV de 1992,

que passou de 80 para 300 artigos, resulta de um processo de revisão, mas com a preocupação principal de dar à comunidade internacional a ideia de uma certa continuidade na estabilidade então vivida no país.

Apesar de não ter havido assembleia constituinte para a sua elaboração (aproveitou-se a lei ordinária anterior que permitia ao governo fazer as revisões constitucionais), a preocupação fundamental foi as-

segurar um sistema de relacionamento entre órgãos de soberania (o Presidente da República e o Parlamento) que garantisse a estabilidade política no país, fugindo a experiências autocráticas verificadas no continente africano.

Segundo Eurico Monteiro, em entrevista esta semana ao Expresso das Ilhas, o objectivo principal da CRCV de 1992 foi dar maior estabilidade política possível a Cabo Verde. A outra foi ga-

rantir o direito de voto a todos, especialmente na diáspora, para além de reforçar a componente social (saúde, educação, habitação, emprego) e criar condições ao autogoverno do poder judicial.

A CRCV seria alvo das revisões de 1995 e 1999 (pelo MpD) e uma última, de 2010 (pelo governo do PAICV), esta considerada como 'conciliadora', reflectindo a maturidade política atingida no país, na alternância política e governativa.

Para assinalar a data, o Instituto de Ciências Sociais e Jurídicas junta num evento público, na cidade da Praia, juristas como Carlos Veiga, Jorge Carlos Fonseca, Mário Silva, Aristides Lima, Lígia Fonseca, Jorge Bacelar Gouveia, Jaime Valle (Portugal) e Carlos Eduardo Martins (Brasil) com uma conferência internacional alusiva ao tema.



Manual de LCC

Norma pandialetal não se aplica aos alunos, diz conceptora



Eliane Semedo



O Manual de Língua e Cultura Cabo-verdiana (LCC), do 10o ano, continua a gerar discussão, tendo o Ministério da Educação mandado suspender o uso desse instrumento, na sequência de um parecer do Ministério Público, face a um pedido de embargo do poeta e cidadão José Luiz Tavares. Várias são as vozes que se têm levantado contra a utilização do manual, bem como a outros aspectos relacionados com a língua cabo-verdiana.

Para além da legalidade da publicação, questiona-se a criação de uma normal pandialetal, que resulta da unificação das variantes, assim como a alegada utilização de “regras avessas ao ALUPEC”, relacionadas, por exemplo, à acentuação.

Linguistas e interessados consideram que a referida norma, embora procure representar todas as variantes, acaba por criar uma nova variante, “artificial”, como chegou a definir o ensaísta José

A norma pandialetal utilizada no Manual de Língua e Cultura Cabo-Verdiana, do 10º ano, foi pensada apenas para a escrita das conceptoras. Ela não é ensinada aos alunos, que devem escrever e ler na sua variedade nativa ou outra da sua escolha. Eliane Semedo, uma das conceptoras, refuta a ideia de matar variedades e reforça que a escrita não altera a língua.

Natalina Andrade

Luís Hopffer Almada, na qual predominam características das variantes de Barlavento e se “mata” variantes de ilhas como Santiago, Fogo e Brava.

Para Eliane Semedo, linguísta e investigadora, ligada à concepção do manual, por isto co-autora do referido manual, o que se procurou foi uma abordagem social da língua, em que não há hierarquização das variedades em função do número de falantes.

“Foi numa perspectiva didáctica, pedagógica e social da linguagem que entendemos que não poderíamos, no manual, hierarquizar. Nós não temos uma escrita padronizada, temos apenas um alfabe-

to, que é a primeira fase para a padronização. Ou seja, não temos a continuidade dessa padronização, que inclui a escrita e depois a padronização da língua, que já inclui regras de concordância, de colocação pronominal, etc.”, explica.

Para Semedo, também não se pode dizer que a língua não esteja em processo de padronização, se o próprio decreto que instituiu o alfabeto oficial da Língua Cabo-verdiana diz que o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano) é o primeiro passo para a padronização.

“A partir daí, e nessa perspectiva social, pensamos que para a voz das conceptoras,

não iríamos usar uma única variedade. Fomos buscar os traços comuns e tentamos, a partir dos usos das variedades, seleccionar esses traços com a preocupação de que as palavras resultassem em palavras que são praticadas por alguma variedade”, esclarece, a propósito da controvérsia instalada.

Mais, apenas um traço das variedades de Barlavento foi seleccionado para esta proposta de escrita, ou seja, a não representação gráfica do “i” e “u” átono em final de palavras, porque este fenómeno ocorre em seis variedades da língua (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Boa Vis-

ta, Sal e Maio). Todas as outras características, segundo explica, são das variedades de Sotavento: nasalização (on não ãu), não metafonia das vogais (gat não got), manutenção das vogais pretónicas (buska não bska).

Norma não se aplica aos alunos

Essa norma, entretanto, segundo a nossa entrevistada, não é ensinada aos alunos, que continuam a ler e a escrever na sua própria variante, ou em outra variante específica da sua escolha, sempre utilizando o ALUPEC, assim como foi utilizado na escrita do manual, com duas excepções.

A primeira foi a não utilização do “e” mudo nas variedades de Barlavento, “que é apenas aconselhável no decreto e não obrigatório”. “O decreto diz, que o seu uso é para ‘evitar encontros ásperos de consoantes’, mas, nós entendemos que considerar a estrutura da sílaba de uma outra variedade como áspera não é uma atitude linguística posi-

Coordenador nacional de LCC lamenta suspensão do manual

A NAÇÃO ouviu o coordenador nacional da disciplina de Língua e Cultura Cabo-verdiana, Jorge Gomes Andrade, para quem o manual é um valioso instrumento para auxiliar os professores e alunos, e que fará falta à comunidade escolar. Entende, por isso, a sua suspensão como mais um motivo de desvalorização da disciplina e da língua, já que todas as outras disciplinas terão manuais em versão impressa.

Gomes Andrade esclarece que a disciplina continua em vigor, a ser ensinada nas escolas, salientando que apenas o manual foi suspenso por decisão do Ministério da Educação, como é público.

Quanto à controvérsia à volta da norma pandialetal, Jorge Gomes Andrade diz que as ressalvas não fazem sentido do ponto de vista científico e pedagógico. “O que andam a fazer, com respeito às opiniões contrárias, é um desrespeito pela nossa Identidade Cultural, misturando muitas questões distintas. Parece que

não leram o manual, porque no manual fala uma coisa e dizem outra!”, aponta.

Não há, na sua perspectiva, nenhuma variante predominante no manual, assim como não há tentativa de padronização. “Padronização é uma questão técnica muito complexa e isso leva tempo de trabalho e estudos! Estamos com pouquíssimo tempo neste trabalho! Não se precipitem! Tenham calma, vamos chegar lá com ajuda de todos!”, pede o também linguista.

Gomes Andrade recorda que o Decreto-Lei n. 67/1998 diz que o Alfabeto Cabo-verdiano é a primeira fase de padronização da língua. Contudo, acrescenta, em 27 anos não houve progresso neste processo de padronização.

“Agora, com a implementação da Língua e Cultura Cabo-verdiana no Ensino, é necessário que tenhamos propostas para que se possam avançar e termos, no futuro, uma língua padronizada, como acontece em todos os países desenvolvidos”, defende.



Jorge Gomes Andrade

tiva”, explica, acreditando que a presença do ‘e’ mudo traz confusão, porque em algumas palavras é pronunciado e nem outras não.

Uma outra concepção feita na escrita do manual é relativa à acentuação. “No decreto de 2009 a acentuação está nos pontos que devem ser melhor estudados e revistos. Mas, volto a reforçar, o aluno vai aprender todas as regras do ALUPEC”, garante.

Assim, para Eliane Semedo, o que resulta no manual não pode ser considerado uma nova variedade, pois, “não há palavras lá que não sejam praticadas por alguma variedade”.

A língua não se altera na escrita

Mais do que isso, Eliane Semedo defende, somente a forma de escrita não é o suficiente para alterar uma língua. “Quem é linguista sabe que variedade surge na oralidade, na prática, não existe variedade de língua criada. A escrita não altera a língua. É mentira que a proposta vai matar as variedades. Se matasse, os açorianos não falavam diferente de outros portugueses, os brasileiros falavam também tudo igual”, exemplifica.

O maior objectivo do manual, diz, é promover a comunicação, para que alunos de qualquer ilha consigam comunicar-se entre si, produzir textos e, se no futuro se tornarem professores, acolher alunos de qualquer variedade.

Por isso, considera que a suspensão do manual é “mais uma atitude de desvalorização da língua e um enorme prejuízo para os professores e para os alunos”, dando a entender ser contra a posição adoptada pelo Ministério da Educação.

ME mantém disciplina de LCC

Antes da suspensão, o ministro Amadeu Cruz, em declarações feitas ao jornal Expresso das Ilhas, declarou que “se houver uma decisão judicial

no sentido de suspender o manual, não haverá condições para manter a disciplina. Teremos de acatar e encontrar uma solução, nomeadamente

para reafectar os professores”.

No entanto, A Nação entrou em contacto com o ME que confirmou que a disciplina se mantém.

Taxa de aprovação no Sal foi de 100%

Para a coordenadora da disciplina na ilha do Sal, Deisi Ferreira, a elaboração do manual foi motivador para os alunos, pois encontraram nele textos e referências de todas as ilhas. “Sentiram-se identificados e valorizados, e esse reflexo viu-se nos resultados, no Sal tivemos uma taxa de aprovação de 100%”, adianta.

Quanto à escrita usada pelas autoras

para se dirigirem aos alunos, diz que é uma escrita que congrega todas as variedades, sem privilegiar nenhuma, usando o ALUPEC, e que os alunos não tiveram qualquer problema na sua leitura.

“Eram orientados a ler com a pronúncia na sua variedade e faziam isso. Mas os alunos aprenderam a escrever usando o ALUPEC e a ler os textos escritos com

o ALUPEC nas diferentes variedades”, reforça.

O mais importante agora, defende, é promover um diálogo aberto e construtivo entre professores, linguistas e comunidade escolar, clarificar mal-entendidos, valorizar o que já foi conquistado e encontrar consensos que respeitem a diversidade, e não travar o avanço já alcançado.

Ensino da disciplina até agora tem sido um sucesso

Para Jorge Gomes Andrade, a experiência da disciplina até agora tem sido “fantástica”, do ponto de vista pedagógico e didático, cultural e até patriótico.

“É uma honra como cabo-verdiano ter este privilégio de ensinar o nosso produto genuíno – A Língua de todos os Cabo-Verdianos. Língua da nossa afirmação identitária! É um despertar da cabo-verdianidade, do ser um povo, uma Nação independente, com sua Língua de berço!”, enfatiza.

Ainda assim, como qualquer novidade, foi preciso encarar desafios. Desde já a desconstrução de “narrativas precon-

ceituosas, muitas vezes para colher frutos do fanatismo e, de certa maneira, alguma ignorância linguística em rebaixar aquela que é, por sinal, o nosso factor identitário”.

Outros desafios se prenderam com a construção de uma atitude positiva, responsável e comprometida com a LC e o auxílio das crianças no desenvolvimento do seu repertório linguístico/desenvolvimento cognitivo.

Quanto às competências dos alunos no final da disciplina, garante que hoje estão a comunicar em variantes e variedades que preferem e sem problemas. A

abordagem da diversidade linguística, diz também, tem sido feita numa lógica de investigação-ação, longe ainda de ser concluída, mas no caminho certo.

O mesmo entusiasmo é partilhado por Deisi Ferreira, que fala de uma experiência bastante positiva: “Sendo natural de São Vicente, tenho hoje alunos vindos de todas as ilhas e nunca houve qualquer constrangimento em relação à diversidade na sala de aula. Pelo contrário, o ambiente criado em sala de aula foi de reconhecimento mútuo e de pertença”.



São Vicente

Hospital Baptista de Sousa há vários anos sem cozinha própria



O Hospital Dr. Baptista de Sousa (HBS), em São Vicente, mantém há seis anos uma cozinha hospitalar localizada a cerca de pouco mais dois quilómetros do seu edifício principal. A decisão, tomada a título provisório durante a construção do Centro de Hemodiálise, nunca foi revertida, conforme o apurado pelo A NAÇÃO. De referir que esta infraestrutura foi inaugurada em Julho passado, ao fim de seis anos de construção.

Desde 2019, portanto, a alimentação dos pacientes do HBS é confeccionada fora do recinto hospitalar, transportada em embalagens descartáveis e servida sob a supervisão de uma nutricionista, conforme o apurado por esta reportagem.

Posicionamento do Delegado de Saúde

“Infelizmente, esta é uma situação que está por resolver há anos sem solução aparente da parte da direcção do HBS”, disse o Delegado da Saúde, Elísio Silva, quando confrontado com o assunto.

A questão foi colocada via mensagem SMS e prontamente respondida pela mesma via e sem direito a mais perguntas que, entretanto, foram colocadas, mas sem retorno.

“Como delegado de Saúde

A cozinha do Hospital Baptista de Sousa funciona há vários anos fora e longe das instalações desse estabelecimento de saúde de referência nacional. A comida chega em embalagens descartáveis, que são depois atiradas para o lixo. A situação, que devia ser provisória, gera indignação entre cidadãos e motiva críticas do Delegado de Saúde, Elísio Silva.

João A. do Rosário

não tenho intervenção a nível de administração [do Hospital Dr. Baptista de Sousa]. Somente a parte sanitária da ilha é que merece a minha intervenção”, indicou o responsável da Delegacia de Saúde de São Vicente.

O preço do improviso

Diante de um tal quadro, a cozinha do HBS, que deveria ser parte integrante do cuidado clínico e ambiental, opera como apêndice deslocado, onerando o hospital e contribuindo para um modelo de produção alimentar considerado impróprio e fi-

nanceiramente insustentável. Fontes internas revelaram que o HBS paga mensalmente uma renda elevada pelo edifício onde funciona a cozinha.

A comida, embalada em recipientes descartáveis, é distribuída em bandejas de plástico, talheres de uso único e embalagens térmicas. Todo esse material, por ser descartável, termina no lixo, sem triagem, sem reaproveitamento, num tempo em que o cuidado com o ambiente é uma prática recomendada.

“Todos os dias são uma boa quantidade de sacos plásticos, não há plano de reciclagem,

nem alternativa sustentável”, disse um funcionário do HBS, sob o necessário anonimato.

Quintais vazios

No entanto, no recinto do próprio quintal do HBS existem espaços suficientes para a construção de uma cozinha hospitalar moderna, funcional e amiga do ambiente.

A decisão de manter a cozinha fora do complexo do HBS, inicialmente provisória, tornou-se permanente, já que esta é uma situação que se arrasta desde 2019, pelo menos. A pergunta que não cala: por que razão se mantém uma es-

trutura cara e ambientalmente nociva, quando há alternativas internas viáveis? Quem ganha com isto?

Estima-se que, além do chamado lixo hospitalar, o HBS gere uma boa quantidade de resíduos descartáveis por semana apenas com a alimentação. O custo mensal com os materiais descartáveis ultrapassa vários milhares de escudos, segundo fontes internas. Ainda essas mesmas fontes, o HBS não possui um plano de reciclagem, nem política de redução de resíduos.

Perguntas sem respostas

Para o efeito de contraditórios e esclarecimentos há cerca de três semanas A NAÇÃO entrou em contacto com a assessoria de imprensa do Ministério da Saúde e, por estar de férias, a responsável deste gabinete remeteu-nos para a direcção do HBS. Foi o que fizemos enviando um email solicitando vários esclarecimentos, que ficaram sem resposta até ao fecho desta edição.

Hospital da Praia

Denúncia sobre alegada falta de talheres e pratos gera indignação



A publicação original foi feita nas redes sociais, por uma internauta que expressou o seu “desapontamento, revolta e tristeza” ao relatar o caso de uma amiga que foi internada para uma cirurgia e, no momento da refeição, terá sido abordada por uma servente do hospital que lhe terá perguntado se tinha colher e prato para tomar a sopa, porque o hospital não dispõe de talheres nem pratos para os pacientes. Sem alternativas, a filha da paciente terá solicitado o apoio da pessoa que fez a publicação para disponibilizar os utensílios.

“Incrível chegarmos a uma situação destas”, lamentou a autora da denúncia. “Este não é o meu Cabo Verde onde nasci, cresci e optei viver toda a Vida”.

O desabafo, que também foi publicado na página Provedor da Praia CV, gerou centenas de reacções e comentários, que relatam situações semelhantes ou mais graves, denunciando o que consideram ser um cenário de desorganização e precariedade recorrente, inaceitável no maior hospital do país.

Uma publicação nas redes sociais a denunciar a falta de talheres e pratos para pacientes internados no Hospital Universitário Dr. Agostinho Neto (HUAN), na cidade da Praia, desencadeou uma avalanche de comentários, reacções e testemunhos sobre a qualidade e dignidade do atendimento hospitalar, com muitos a descreverem a situação como “inacreditável”. Em reacção, a Administração do HUAN reitera que não recomenda que os pacientes levem talheres de casa e reconhece os desafios do sector.

Ilda Fortes

Muitos alegaram ter vivenciado situações semelhantes, em que pareciam haver escassez de determinados produtos ou materiais na estrutura hospitalar, incluindo roupas de cama e luvas. Além disso, alguns referiram-se a casos de desvios e roubos de materiais dentro do hospital, incluindo talheres, pratos e outros bens, feitos por outros pacientes e pelos próprios funcionários da unidade hospitalar.

Uma questão de dignidade

Indignados, os cidadãos acusaram as autoridades de negligência e má gestão dos recursos públicos. Muitos referiram-se a outros desafios

enfrentados pelos hospitais como a falta de médicos especialistas e de medicamentos, mas consideraram que o episódio relatado é uma “autêntica vergonha nacional” e representa o ponto a que chegou o sistema, que não consegue assegurar o mínimo necessário para garantir a dignidade de um paciente.

Os internautas referiram-se ainda ao tratamento dado aos pacientes e à presença de insetos como baratas e mosquitos, que põe em causa a saúde dos pacientes.

Tratando-se ou não de uma situação pontual ou recorrente, a denúncia ecoou com força entre a população, que aproveitou o mote para relatar

outras situações que consideram que devem merecer uma maior atenção por parte das autoridades competentes.

HUAN não recomenda que utentes levem talheres de casa

Contactado pelo A NAÇÃO, o Hospital Universitário Dr. Agostinho Neto reagiu com um comunicado assinado pelo Presidente do Conselho de Administração, Evandro Monteiro. O documento não comenta directamente o caso relatado, mas reitera que o HUAN “não recomenda que pacientes tragam talheres de casa”.

Ainda assim, são reconhecidos “os desafios que o setor

enfrenta”. A Administração do hospital diz manter-se firme “na busca de soluções sustentáveis, envolvendo todos os parceiros e colaboradores”. Neste sentido, anuncia um projeto de remodelação física do hospital, envolvendo cerca de três milhões de escudos, e o reforço dos “recursos humanos e equipamentos”.

E, em relação à alimentação, o HUAN informa também que em 2024 foram servidas 447.354 refeições a utentes internados, o que representa uma média de 37.280 refeições por mês e de 1.243 refeições por dia. Além disso, terão sido servidas 7.305 refeições a acompanhantes.

Ainda de acordo com o documento, a unidade hospitalar “conta com uma equipa de profissionais qualificados, que presta assistência nutricional com eficiência, qualidade e sensibilidade às necessidades específicas de cada paciente”.

Para o hospital, o “processo reflete a complexidade e o rigor” do serviço, “para garantir o bem-estar dos utentes do maior hospital de Cabo Verde”.



Maio

Desassoreamento do porto envolto em polémica ambiental



Os problemas de assoreamento no porto da ilha do Maio causaram, em Março de 2024, sérios constrangimentos à ilha. As dificuldades de atracação de navios na rampa metálica dificultaram o desembarque de passageiros e mercadorias durante vários dias. É neste contexto que têm sido realizadas obras de desassoreamento do porto, mas o processo tem sido alvo de controvérsias, com denúncias sobre o impacto das intervenções a nível da degradação ambiental, da economia local e da própria qualidade de vida da população. Para os críticos, os prejuízos ambientais, sociais e económi-

Os trabalhos de desassoreamento do porto da ilha do Maio, localizado na praia de Bixi Rotxa, continuam a causar polémica, com denúncias dos impactos das obras a nível ambiental e económico. Esta terça-feira, o Governo anunciou que as obras já foram concluídas, mas várias vozes, incluindo a Câmara Municipal, pescadores e ambientalistas, exigem estudos e medidas urgentes para assegurar a preservação ambiental do local.

Ilda Fortes, com Inforpress

cos ainda não foram devidamente avaliados.

Câmara exige suspensão e investigação

A Câmara Municipal do Maio adoptou, nos últimos dias, uma postura mais crítica em relação aos traba-

lhos, chegando a exigir a suspensão imediata das obras, devido à “degradação ambiental e socioeconómica” da praia de Bixi Rotxa, um importante espaço balnear e zona de atividade piscatória.

Em comunicado, a autarquia afirmou que a deposi-

ção de areia no local alterou drasticamente a morfologia da praia, reduzindo a área, comprometendo o equilíbrio dos ecossistemas marinhos e costeiros, e afetando o turismo, a pesca artesanal e, conseqüentemente, a subsistência das comunidades.

Por isso, a autarquia exi-

ge a apresentação urgente de relatórios técnicos por parte das entidades envolvidas nas obras, e pede a criação de uma comissão multisectorial independente, com a participação da sociedade civil, para avaliar os impactos das intervenções e propor medidas corretivas.

Em declarações à imprensa, o edil Rely Brito afirmou que o Maio não pode continuar a ser tratado como “uma ilha de segunda” nas políticas de transportes e desenvolvimento. “Precisamos de ligações próprias e internacionais, bem como de um porto à altura das necessidades de desenvolvimento”, defendeu.



Pescadores denunciam prejuízos

A Associação dos Pescadores do Maio também expressou preocupação com a situação da praia. Em declarações à imprensa, o presidente, Vitoriano dos Reis, alertou para o risco de desaparecimento da praia, cuja extensão foi reduzida drasticamente, passando de cerca de 100 metros para menos de 50 metros. O aumento da inclinação da praia também constitui um motivo de alerta.

A situação afecta a actividade pesqueira. Os pescadores relatam constrangimentos para o arrastamento dos botes, pois já não os conse-

guem puxar, sendo obrigados a ir busca-los quase no meio do mar porque a areia não é suficiente.

Os banhistas que habitualmente frequentam a praia também se têm mostrado descontentes com a situação, sobretudo no que se refere à presença das máquinas no areal e à inclinação da praia.

“Maio Biodiversidade” alerta para danos ambientais

A Fundação Maio Biodiversidade também denunciou os impactos severos das intervenções feitas na praia na fauna local. Segundo a diretora da fundação, Janete Agues, a intervenção com maquinaria pesada resultou na destruição de ninhos de tartarugas e na invasão de água do mar nos dois viveiros da organização instalados na praia, o que afeta reprodução da espécie.

Por outro lado, a organização alerta para o risco de o desassoreamento afetar organismos marinhos que vivem na areia, como crustáceos e moluscos, mas também a própria atividade piscatória local.

De acordo com a fundação, as obras têm provocado uma descaracterização da paisagem da praia, que, além de afectar o ecossistema, prejudica a imagem e o valor turístico da ilha, classificada como Reserva Mundial da Biosfera.

Por isso, a Fundação exige “respostas céleres e soluções concretas para proteger a praia e os ecossistemas marinhos associados” e uma maior transparência,

medidas de mitigação dos danos e a apresentação de estudos técnicos que comprovem a viabilidade ambiental do reassentamento da areia.

Governo anuncia fim das obras

Em conferência de imprensa esta terça-feira, o ministro do Mar, Jorge Santos, anunciou a conclusão dos trabalhos de desassoreamento do porto, assegurando que a areia acumulada na praia de Bixi Rotxa vai ser reaproveitada em ações de equilíbrio ambiental noutras praias da ilha.

De acordo com o governante, os trabalhos foram encerrados há duas semanas e as atuais movimentações de máquinas na praia visam apenas o reassentamento da areia dragada, no âmbito de um plano ambiental, que está a ser acompanhado pelos ministérios do Ambiente e do Mar e pela Enapor.

Ainda de acordo com o ministro, a Enapor já investiu mais de 50 mil contos nos trabalhos, iniciados após o assoreamento da rampa metálica, em março de 2024. Jorge Santos garantiu que o porto está agora operacional e com profundidade suficiente para receber embarcações como o “Kriolla” e o “Liberdadi”.

O ministro não poupou críticas ao autarca Rely Brito, e a outras entidades locais, classificando como “irresponsáveis” as declarações que contestam o projecto, acusando-as de “fazer política” com um assunto técnico e ambiental.

PUB

Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação

alfa rádio
A diferença na arte de comunicar

REVISTA INICIATIVA

Já nas bancas

**Assim como na vida,
também nos negócios,
a INICIATIVA é fundamental!**



A diferença na arte de comunicar!

Contactos: 2602690/95

comercial.grupoalfacv@gmail.com

geral.grupoalfa23@gmail.com



Diáspora/Portugal

Do rio Douro vê-se Cabo Verde



@Revista Visão

As marcas da presença cabo-verdiana pelas cidades de Portugal surgem nos locais mais inesperados. Sendo essa presença tradicionalmente mais na área da Grande Lisboa, por vezes é a própria imprensa portuguesa a descobrir pedaços de chão português que falam crioulo, comem cachupa, bebem grogue e dançam funaná. É o caso da pequenínssima comunidade cabo-verdiana de Riobom, nas margens do rio Douro, no Porto. Essa pequena 'ilha' crioula é habitada por famílias cabo-verdianas e tem sido objecto da curiosidade dos jornalistas, que ao longo do tempo a têm visitado.

Chegam curiosos e ficam espantados com o que encontram: um lar na mar-

São cerca de 20 famílias que vivem na encosta do bairro Riobom, junto ao rio Douro, na cidade do Porto, desde os anos setenta. Chegaram e foram ocupando as casas de antigos trabalhadores fabris e por aqui ficaram, plantando hortas, árvores de fruto e disfrutando do sossego e da vista sobre o rio. Hoje são uma atracção para curiosos, jornalistas e até mesmo alguns turistas, espantados com esta ilha cabo-verdiana nas encostas do Douro, norte de Portugal.

Joaquim Arena

gem do Douro, um bairro chamado Riobom. Por detrás da paisagem turística do Porto, junto ao Douro e à antiga fábrica de tecidos da família Riobom, ergue-se esta comunidade discreta, mas persistente: cerca de 20 famílias cabo-verdianas habitam, há décadas, o Bairro do Riobom — um lugar à margem, no sentido literal e simbólico — onde escas-

seiam serviços, mas florescem relações humanas fortes, improvisação e resistência.

A origem dos seus habitantes remonta aos anos setenta, sobretudo oriundos da ilha de Santiago, ligados por laços familiares, já que foram chegando a convite de amigos e vizinhos. Alguns eram operários fabris, trabalhadores da constru-

ção civil. E através do 'junta mon' tradicional, foram ajudando os que chegavam. E em pouco tempo, à semelhança do seu Santiago natal, deitaram mãos à obra o fizeram surgir hortas, cultivaram o feijão, as couves, cebolas, bem como animais de capoeira, galinhas, cabras. Tudo para ajudar na economia familiar, enquanto tudo faziam para educar os filhos

nas escolas mais próximas.

Uma 'varanda' para o Douro

No final, depois de mais de 50 anos habitada pelos naturais das ilhas, a encosta do Riobom mais parece uma varanda em forma de ilha, que olha as embarcações que atravessam, sobem e descem o Douro. Das antigas ruínas das casas dos trabalhadores da fábrica de curtumes da família Riobom, os cabo-verdianos fizeram o seu bairro, o seu lugar na cidade do Porto. Apesar de nos últimos tempos surgirem turistas curiosos para saber o que há por ali, depois da Rua Gomes Freire, o bairro não aparece nos roteiros turísticos convencionais. Mas o que vêem é um

conjunto de casas degradadas encastradas numa escarpa — Fontainhas — sobre as margens do rio Douro, quase escondido atrás de uma linha de comboio, ruínas de fábricas de têxteis, prédios sem janelas, sem luz ou água em muitos casos.

Os seus habitantes vivem aqui há décadas e já nem sabem quem é o dono real das casas. Há quem fale que apesar da inexistência de contratos formais de arrendamento, estes moradores poderiam invocar o direito de usucapião numa eventual disputa com os proprietários. As condições de vida, como é de esperar, não são as melhores.

Tal como em qualquer localidade de Cabo Verde, vive-se do imprevisto: garrações de água, baldes que fazem as vezes de casa-de-banho, telhados improvisados, tudo junto e misturado com objectos pessoais acumulados. E por aqui que a vida se vai fazendo, há décadas, sobre os taludes de terra: a tradicional ligação à terra, o trabalho de autosuficiência, a agricultura e a criação animal.

A 'ilha invisível' no coração da cidade

A vida a decorrer tal como nos primórdios da Humanidade. Cada pedaço de chão é um 'canto' e o conforto está

na vizinhança, na entreada, no funaná que se vai ouvindo. No Riobom é tudo isso, porque do outro lado da linha o que existe são rendas de casas proibitivas, inacessíveis a qualquer habitante desta encosta. E sem a solidariedade da família e amigos. O acesso não é fácil. É preciso atravessar a linha do comboio, o caminho precário e quando chove a coisa complica ainda mais, para não falar em caso de emergência médica. O correio passou a ser distribuído numa das vendas da rua de cima, a do senhor Luís Dio-

go, que faz de caixa postal, e onde os moradores vão se abastecer das compras.

De início, a invisibilidade dada pelo bairro funcionava como uma defesa, uma barreira contra o racismo, de que eram alvo, visto na cidade haver poucos africanos. E também estes cabo-verdianos não tinham a possibilidade de arrendar uma casa nem acesso à habitação social.

Nos últimos tempos, esta comunidade-ilha transformou-se em motivo de reportagem, das televisões, revistas e jornais portugueses. O

que encontram é um pedaço de Cabo Verde, por entre o espanto pelo inusitado, pela paz que se vive por esta encosta. Aqui, lava-se a roupa, estende-se a roupa. Crianças correm pela encosta com as pontes sobre o rio no horizonte. Brincam sob o 'olhar' de casas amanhadas com cimento novo e das suas mães de lenço com a bandeira de Cabo Verde à cabeça.

O tempo por aqui parou, quando pela cidade do Porto, a vida acelera cada vez mais. Esta é uma comunidade estática, que vive com reformas de 400 euros e da-

quilo que a terra dá. O que se vê pela encosta são habitações surgidas de outras ainda mais antigas, habitadas por famílias de portugueses pobres, trabalhadores da fábrica de curtumes Riobom, que pelo 25 de Abril de 1974 já estavam degradadas. Agora a comunidade de moradores é outra, mas a vista para o Douro é a mesma, assim como o sossego, as conversas nos quintais, a amizade e o sentimento de pertença a um pedaço do seu Cabo Verde. Sem faltar as bananeiras, o milho e a cana-de-açúcar.



©kevinstavisto

PUB





Marcando a diferença desde Setembro de 2007

Telefone + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornalanaocv@gmail.com
www.anacao.cv



Hugo Lopes

Babilónia: considerações de um passado-futuro

Entre quezílias e desejos, a «Babilónia» emerge no debate público. Ainda que seja uma aparência lateral face aos assuntos mais prementes do país, não deixa de ser um bom momento para aflorar o debate em torno de patrimónios a partir deste marco incontornável da arquitetura moderna cabo-verdiana.

Entre as várias dimensões que esta discussão poderia suscitar, pretendo apenas salientar duas vertentes: por um lado, o seu “valor histórico” no campo da arquitetura habitacional pós-colonial, por outro, a relevância que esta obra na Prainha tem no conjunto da vasta produção arquitetónica nacional do arquiteto Pedro Gregório.

Após a independência, a Prainha foi eleita pelo Estado como uma das zonas onde seria possível começar “imediatamente” a construção de habitações. Até ao final de 1979, era previsto serem construídas 107 habitações multifamiliares na Achada, 47 habitações unifamiliares “em banda” na Terra Branca, e 22 habitações unifamiliares e habitações de alto padrão (com controlo e imposição das normas de ocupação de cada terreno particular) na Prainha.

Das cento e oitenta habitações que o primeiro governo se comprometeu a construir até 1979, a grande maioria seria projetada por Pedro Gregório. Subjacente a este programa, promulgavam-se políticas de cariz assistencialista como a alocação de mão de obra na construção civil para empregar e alfabetizar «as massas» que chegavam do interior rural. Na ótica do partido, PAIGC, apenas um «vasto programa de construção poder[ia] satisfazer as necessidades» de urbanização e desenvolvimento da cidade e do país.

Desde o final da década de 1950 que a Prainha vinha sendo uma localização muito cobiçada para ocupação urbana pe-

las mais variadas entidades. A partir de 1976, além da Cadeia, da Pousada, do Seminário, e de outros edifícios – entre os quais as várias moradias particulares projetadas por Gregório através do seu escritório Trópico – a Prainha ia sendo pontilhada por moradias do Estado destinadas a técnicos (locais e estrangeiros) contratados para auxiliar no planeamento e reconstrução do arquipélago.

De entre os vários projetos na Prainha da autoria de Pedro Gregório podemos mencionar as moradias cúbicas para uma delegação de cooperação dos EUA, assim como um bloco de seis apartamentos, cuja construção se inicia em Dezembro de 1976, para cooperantes (inclusive arquitetos e urbanistas jugoslavos e portugueses), técnicos (da FAO e UNESCO) e ministros do primeiro governo.

O lote onde seria erguida a «Babilónia» já tinha sido alvo de discussão pelo urbanista cooperante holandês Hugo Diddens em 1977. Se no estudo que Diddens apresenta ao Secretariado Administrativo da Praia já se nota uma cuidada implantação das casas a serem construídas e executadas pela EMEC «a um preço justo para a venda do projeto», seria apenas dois anos depois que o projeto viria a ganhar forma sobre a encosta.

No verão de 1979, Pedro Gregório desenvolveu o conjunto habitacional para as “22 moradias na encosta da Prainha” (como consta no arquivo) mais tarde designada pela população praiense como «Babilónia».

Ao analisarmos os projetos habitacionais que o Ministério das Obras Públicas (MOP) realiza entre 1975 e 1980, notamos uma clara preferência por uma implantação de projetos habitacionais em terrenos planos. Perante a grande necessidade de construir rápido e economicamente, um dos grandes desafios

que se impôs, devido à infra-estrutura necessária nos interstícios dos montes e achadas, foi a ocupação das encostas com construção de habitação promovida pelo Estado. Notemos como poucos anos antes, no final da década de 1960, a Direção dos Serviços de Urbanismo e Habitação (DSUH/DGOPC), baseada na metrópole, já começava a levar em conta a necessidade de criar tipologias que se adaptassem a terrenos nas encostas. A título de exemplo, podemos mencionar o esboço de António Seabra onde é proposto um plano para 100 habitações tipo para zonas inclinadas entre 20 e 40%, no Mindelo.

No caso da «Babilónia», a sua função era dupla. Por um lado, dar continuidade à expansão do programa habitacional nas áreas da cidade delineadas pelo “Grande Plano de Desenvolvimento Urbano” da cidade; por outro, possibilitar a conexão e acesso entre a zona baixa (Prainha) e alta da cidade (Achada de St.º António). Aliás, Pedro Gregório esteve envolvido desde os inícios da década de 1960 na urbanização da Prainha, assim como realizou um estudo urbanístico para a Achada de St.º António após o 25 de Abril.

Vale a pena levar em consideração que, um ano antes de projetar a «Babilónia», Pedro Gregório tinha apresentado um relatório ao MOP após participar no “Simpósio sobre barateamento da construção habitacional” em Salvador da Bahia. Desde a autoconstrução em solo estruturado e a criação de terrenos dentro da cidade onde se pudesse construir isento do prejuízo de especulação, à utilização de materiais naturais locais complementados com a prefabricação ligeira e pesada, as propostas que Gregório elabora no relatório de 1978 ainda se mantêm pertinentes para os dias de hoje. Medidas estas que, à data, possibilitariam

a criação de empregos nos locais de habitação de origem e evitaria o êxodo rural em relação às cidades aumentando a capacidade aquisitiva dos habitantes.

O projeto da «Babilónia» pode ser visto como a consumação tanto destas ideias, como de todas as experiências acumuladas das obras habitacionais que Pedro Gregório desenvolve desde 1959 e que têm sido objeto de estudo. Por estas e outras razões, constitui-se como um dos marcos da urbanidade cabo-verdiana que melhor simboliza as vontades, os sonhos e as frustrações de construir habitação num país recém-independente à procura da sua identidade política e nacional. A polissemia da denominação popular não é irrelevante, aludindo tanto à “cidade ancestral” materializada na pedra (a que Pedro Gregório tanto faz referência nos seus poemas), como um lugar de uma cidade grande e confusa de tempos remotos.

Entre a idealização estatal e a projeção endógena e moderna de um arquiteto local – o primeiro a atuar em Cabo Verde – a Babilónia incorpora a complexidade da experiência política pós-colonial nos primeiros anos de independência. Um período cuja produção urbanística e arquitetónica é repleta de motivações e visões contrastantes dos técnicos e cooperantes que imaginaram o futuro das cidades cabo-verdianas; e que merece ser estudado e problematizado.

Não considerar este passado-presente da «Babilónia» em qualquer decisão que for tomada relativamente ao seu presente-futuro, seria desconsiderar uma das matérias fundamentais que constituiu a essência da história recente da cidade da Praia. Herdando as vicissitudes do passado, a «Babilónia» constitui-se como uma lição de futuro para a arquitetura cabo-verdiana.

“ Não considerar este passado-presente da «Babilónia» em qualquer decisão que for tomada relativamente ao seu presente-futuro, seria desconsiderar uma das matérias fundamentais que constituiu a essência da história recente da cidade da Praia. Herdando as vicissitudes do passado, a «Babilónia» constitui-se como uma lição de futuro para a arquitetura cabo-verdiana. ”



O **SUMMER** é um Software Integrado de Gestão Empresarial (ERP) baseado na WEB, concebido e desenvolvido pela CABOSYS, para responder, com sucesso, aos novos desafios da **FATURAÇÃO ELETRÓNICA**

MOBILIDADE

Acesso aos dados de seu negócio remotamente via qualquer aparelho (computador, notebook, celular) conectado à internet

SEGURANÇA

Saas (Software como Serviço). A integridade e segurança de seus dados é garantida por regras de acessos restritas e backups automáticos

BAIXO CUSTO

Substituindo servidores locais por servidores na cloud, ocorre uma redução drástica no valor do investimento em computadores e hardware

INTEGRAÇÃO

Controle em apenas um aplicativo todas as suas atividades e gere as suas despesas, faturas, compras, tesouraria, armazéns, etc

SUPOORTE

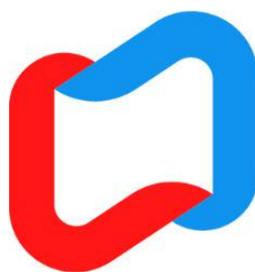
Assistência assegurada de forma remota, sem necessidade de deslocação de um suporte técnico, fato que reduz o custo de suporte

CONFIANÇA

A CaboSys entregar valor para seus clientes. Mais de 1.000 empresas e profissionais Cabo-verdianos confiam no Summer Software para a Gestão de seu Negócio.



Homologado pela DNRE



SUMMER
PLATAFORMA DE
GESTÃO WEB

100% NACIONAL



262-2311

956-0319

© 2022 CaboSys - Tecnologias de Informação - Qualidade & Inovação

www.summersoftware.cv | info@summersoftware.cv



Pedro Castro

Dia Mundial do Turismo: Crescer, sim, mas a que preço?

Em Cabo Verde, o turismo representa mais de um quarto do PIB do país, sustenta milhares de empregos e já é uma das principais fontes de divisas. É uma espécie de tábua de salvação económica, mas também um risco. Para entender o alcance desse risco basta olhar para Portugal, um país que se tornou referência turística global, mas que hoje enfrenta dilemas sérios: salários baixos, fuga de talento jovem, gentrificação urbana e saída de lucros para investidores estrangeiros. Esta é a lição que Cabo Verde não pode ignorar. O turismo em Portugal é um motor de crescimento, sim, mas também se revelou incapaz de transformar estruturalmente a economia. Os sa-

lários médios no setor continuam muito abaixo da média nacional, e milhares de jovens continuam a emigrar porque não encontram perspectivas de futuro fora do turismo. O capital estrangeiro domina a hotelaria e com isso vem também a saída sistemática de riqueza. Em paralelo, a pressão sobre habitação, recursos naturais e comunidades locais aumentou ao ponto de gerar tensões sociais. É o retrato de um turismo extrativista: gera riqueza, mas não a redistribui. Cabo Verde enfrenta agora uma encruzilhada semelhante. A aposta no turismo trouxe benefícios claros: dinamizou ilhas que estavam isoladas, colocou o país no mapa internacional e criou milhares de empregos.

Mas se não for planeado com visão, corre-se o risco de repetir os erros portugueses: os “resorts all-inclusive” geram pouco impacto local e empregos de baixa qualificação e dependência excessiva de mercados emissores podem transformar o turismo de oportunidade em armadilha. O desafio cabo-verdiano não é rejeitar o setor, mas moldá-lo para que seja inclusivo e sustentável. Isso passa por diversificar a oferta, apostar em turismo de valor acrescentado, garantir que as comunidades locais participam no planeamento e assegurar que a riqueza gerada fica no país. Passa também por investir em educação e formação, para que os jovens cabo-verdianos sejam protagonistas

e não apenas mão-de-obra barata.

O turismo pode ser uma grande força de Cabo Verde, mas só o será verdadeiramente se for acompanhado de políticas que garantam redistribuição, dignidade no trabalho e preservação do território. Sem isso, o país corre o risco de se tornar apenas um destino exótico nas mãos de investidores estrangeiros. É por isso que o sucesso do turismo cabo-verdiano não pode ser medido apenas em número de quartos vendidos, mas também em cidadãos que escolhem ficar para não ficar “rico” em turistas que fazem dele um destino de férias...e pobre em cabo-verdianos que não encontram ali um destino para a sua vida.



Francisco Fragoso

SSSA VERDADE SOBRE SINA DE CABO VERDE SSS

A verdade não é uma hetera que se pode

Topar ao dobrar da Esquina
A Verdade (ELA) é Paciente

Eis porque quem luta pela Verdade
Só possui uma Virtude

A de pugnar pela VERDADE!

A morna “Sina de Cabo Verde” foi composta por Gabriel Mariano (autor do poema) e Jacinto Estrela (autor da composição musical).

A música é uma expressão poética da identidade cabo-verdiana, abordando temas relevantes da Resiliência do heroico Povo do

Nosso País: Arquipélago Insular Africano!

A morna “Sina de Cabo Verde” é um exemplo da música tradicional cabo-verdiana que explora a temática da identidade, refletindo a relação visceral do povo cabo-verdiano com a sua terra e o mar!

O belo poema da lavra de Gabriel Mariano evoca a paisagem e a cultura de Cabo Verde, incluindo referências à seca, à

emigração e a esperança!

A melodia da autoria e lavra do Músico
Jacinto Estrela, extrai

o hímus do conseguido poema de Gabriel, transmitindo a

emoção e a melancolia característica da morna!

Importante consignar:

Esta morna como acabamos de expender acima não é da autoria de Jorge Monteiro (JOTAMONTE)! ...

SSSSSSSSSSSSSSSSSSSSSS

@@@@@@@@@@@@@@@@

SSSSSSSSSSSSSSSSSSSSSS

SINA DE CABO VERDE

Ês k'ê nha terra, ê Kabo Verdi

Nhòrdês bota-l na mei di mar

Nabiu di pedra ta buska rumoSen

podê atcha'l no sê lugar

Ô mar azul, abri-m kaminho

Falucho branco trazê-m nha karta

Povo sagrado tchora ketinho

Kretcheu na pêto, morna na boka

Si ka ten tchuba, morrê di sedi

Si tchuba ben, morrê fogado

Djenti sen sorti ka ten ramedí

Tchora bo sina, tchora magoado.

Ês k'ê nha terra, ê KaboVerdi

Terra di morna, di Lua cheia

Terra di Eugénio, di serenata

I mar ta kanta junto d'areia

Ês kê nha terra Nhordês ki da-m

Ka ten más sabi na Mundo 'ntero

Di Sol más kenti, luar más brando

Di morna dósi na Korason

Si ka ten tchuba, morrê de sedi

Si tchuba ben, morrê fogado

Jenti sen sorte ka ten ramedí

Tchora bo Sina, tchora maguado.

Feito em BROCTON/BOSTON (USA)

Nesta data de hoje 21 Setembro 2025

*MÉDICO & HUMANISTA

Padre José Cabral: do berço à missão sob a Luz de São João Baptista



Aïdê Carvalho

Tenho por mim que nada acontece por acaso, quando os passos são guiados pela fé. São João Baptista é padroeiro da comunidade que viu nascer o Padre José Cabral: Lagoa, um paraíso escondido entre rochas, algues no município do Tarrafal. Hoje, a história ganha um sentido profundamente simbólico: a primeira paróquia onde o sacerdote assume a missão de pároco também ostenta o nome do Precursor, São João Baptista, na freguesia situada no outro extremo da ilha de Santiago, no município da Ribeira Grande.

Um percurso marcado pela Providência divina, que une o berço e a missão sob o mesmo patrono, sinal de continuidade e entrega confiante à fé. Foi na humildade do seu “deserto” – onde a estrada ainda não chegou e muito menos a modernidade – que o Padre José deu os primeiros passos na vida cristã, aprendendo a escutar a voz que chama, como João no deserto preparava os caminhos do Senhor.

Missa nova em Lagoa

Depois da ordenação, celebrou a sua Missa Nova na Lagoa e, desde então, serviu em várias comunidades paroquiais: São Salvador do Mundo, Santo Amaro Abade e São José, sempre com espírito de entrega e disponibilidade. Nestas duas últimas foi vigário paroquial, até ser enviado a Roma para estudar filosofia. Ali, serviu ainda, como capelão, a comunidade cabo-verdiana, dando continuidade ao trabalho pastoral dos seus predecessores.

Em Roma, apesar do tempo limitado e das muitas responsabilidades, o Padre José sempre encontrou espaço para acolher cada cabo-verdiano que ali chegava. Foi um verdadeiro ponto de referência para a comuni-

dade, o rosto amigo que recebia e escutava. Coube-lhe, inclusive, a honra de ser um dos anfitriões no encontro de Sua Excelência o Presidente da República de Cabo Verde com os cabo-verdianos residentes em Itália, celebrando a Eucaristia e proporcionando um momento de comunhão, fé e convívio fraterno.

Do esplendor das basílicas romanas ao altar humilde

Padre José Cabral regressou a Cabo Verde em meados de agosto, trazendo na bagagem o diploma, a experiência e uma bênção especial, recebida das mãos de dois Papas — Francisco e Leão XVI. Enquanto aguardava pela tomada de posse, celebrou em Nossa Senhora da Luz e, sob essa mesma luz, cheio de fé e esperança, partiu finalmente para São João Baptista, agora o seu novo lar e campo de missão.

No passado Domingo, a comunidade de São João Baptista conheceu um dos seus momentos mais marcantes: centenas de fiéis, amigos e familiares de diversas freguesias da ilha de Santiago reuniram-se para acolher e saudar o novo pároco. O ato solene contou com a presença do Presidente da República, Dr. José Maria Pereira Neves, padrinho da comunidade, do presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, de eleitos municipais e das forças vivas do concelho.

Mais de dez sacerdotes, deixando as suas próprias paróquias em pleno Domingo, uniram-se para testemunhar e partilhar a alegria da missão do seu irmão no sacerdócio. Um momento de especial emoção foi a presença da Paróquia de São José, representada por cerca de 300 fiéis que, em gesto de amizade e gratidão, acompanharam o Padre Cabral até à sua nova casa.

Quando há mudança numa paróquia, o coração da comunidade vive um verdadeiro misto de sentimentos. A tristeza surge inevitavelmente com a partida daquele que, durante anos, se fez próximo, companheiro de caminhada e pastor do rebanho. Assim acontece agora, com a partida do Padre Paulino Garcia, chamado a uma nova missão junto da comunidade cabo-verdiana em Espanha.

Contudo, ao lado da saudade, nasce também a gratidão pelo tempo partilhado e a esperança renovada, porque cada missão é sinal de que a Igreja continua viva e em movimento, levando a fé além-fronteiras. Muitos presentes, abraços, lágrimas e discursos de despedida e de boas-vindas, tornando a celebração um verdadeiro retrato de comunidade. Na ocasião, o novo pároco não esqueceu os seus antecessores, prestando homenagem em particular ao Padre Campos, que serviu a comunidade com zelo e dedicação de 1979 a 2009, até à chegada do Frei Café.

Enquanto escutava atentamente as palavras, não pude deixar de pensar no desafio da missão e na integração deste pastor, predestinado a estar sempre disponível ao serviço. Refleti sobre a dimensão espiritual, sobre o contraste entre os espaços, mas também sobre a fidelidade no cumprimento da vocação. Mas para quem veio da Lagoa, adapta-se em qualquer lugar.

Da cidade eterna, coração da Igreja e berço da cristandade, até uma pequena aldeia no interior da Ribeira Grande de Santiago, a missão traduz um regresso às origens da fé: do esplendor das basílicas romanas ao altar humilde onde a comunidade se reúne, Deus continua a falar com a mesma força e proximidade.

Regresso às origens

Num gesto de humildade, Padre José Cabral voltou às origens, descrevendo a sua terra natal nestas palavras: “Lá ka ten strada, luz, nem água canalizada. Modernidade ka txiga la inda. Mas ten pasarinho, ten mangi, papaia, y ora ki txobi ta kori leti ku mel na rubera. Sima un sinhora ta flaba: “Lagoa é baka parida”. Palavras que traduzem a dureza e o abandono, mas também a esperança e a abundância que habitam no coração da Lagoa – o lugar onde nasceu e onde Deus o chamou à vida e à vocação. De São João Baptista, berço da sua fé, a São João Baptista, sua nova casa e missão.

Recordo-me das palavras do profeta Jeremias, quando Deus lhe revela que a sua vocação já estava escrita antes mesmo do seu nascimento: “Antes de te formar no ventre, eu já te conhecia; antes que saíesses do seio materno, eu te consagrei” (Jer 1,5). Assim também acontece aqui. O caminho do Padre José também revela-se como desígnio divino: cada passo, cada escolha, cada missão, guiados pela luz do Precursor. Do berço à missão, sua vida é testemunho vivo de fé e entrega, mostrando que os passos do homem se firmam quando confiantes na Providência (Sl 37,23).

Nova missão auspiciosa

Hoje São João Baptista não é apenas o ponto de partida da sua vida, mas também o horizonte da sua missão: uma história que se cumpre, uma fé que se renova e uma entrega que inspira. Assim como marcou com dinamismo a pastoral das paróquias por onde passou, acredito firmemente que o Padre José Cabral continuará a cumprir uma missão fecunda em São João Baptista, guiando com zelo e esperança o povo que agora lhe é confiado.

São João Baptista é padroeiro da comunidade que viu nascer o Padre José Cabral: Lagoa, um paraíso escondido entre rochas, algues no município do Tarrafal. Hoje, a história ganha um sentido profundamente simbólico: a primeira paróquia onde o sacerdote assume a missão de pároco também ostenta o nome do Precursor, São João Baptista, na freguesia situada no outro extremo da ilha de Santiago, no município da Ribeira Grande.



Viajadoras

Desde que foi eleita PCA da Emprofac, após o pedido de demissão de João Spencer, Sara Pereira não tem parado no País. Semana sim e semana não eis que a novel PCA preenche milhas na TAP ou na TACV num “non stop” que nem os próprios trabalhadores da casa conseguem acompanhar. Seminários, congressos, reuniões etc. sobre os mais diversos temas, Sara papa tudo e não deixa nada para ninguém. A continuar assim arrisca-se a bater o primeiro lugar da “globe trotter” Leonilde Santos, PCA da ARME, esta sim, neste momento algures entre o Dubai, Moçambique e Azerbaijão. A PCA da RTC, Karine Miranda, ocupa o terceiro lugar no pódio das viajadoras. Mas, como diz o Crioulo, Deus tem.



Concorrência

E porque não quer deixar o terreno vago à concorrência, também Ulisses Correia e Silva (que já vai na sua segunda obra), vai aproveitar a ida aos EUA (Assembleia Geral da ONU) para, no quadro da sua habitual campanha política junto da Comunidade, lançar o seu último livro, “Cabo Verde – Crises e Resiliência. Erupção vulcânica, Secas, COVID-19, Guerras na Ucrânia e no Médio Oriente”, publicado em Maio último. Com políticos tanto dados aos livros, ZIG estranha por que é que a situação das nossas bibliotecas públicas não apresenta melhores condições.



Lançamentos

Quem também tem sido um “frequent flyer” na linha Praia-Lisboa-Praia é Francisco Carvalho, autarca da Praia e presidente do PAICV, candidato a PM em 2026. O último pretexto foi o lançamento da sua “opus magnum”, “Para além do óbvio”, lançado em 2020 e que, quatro anos depois, continua a render lançamentos como se fosse pão acabadinho de sair do forno. O livro foi lançado no domingo passado, no Seixal, com os discursos habituais, que deixaram o autor na nuvens. Ao que consta, ainda restam muitos exemplares à espera de novos lançamentos.



Perigo da construção

Pode parecer bazofaria do ZIG, mas não é. Por falta de espaço o presente alerta devia ter sido publicado no número anterior do jornal. Entretanto, apenas no espaço de uma semana, dois acidentes letais de trabalho tiveram lugar nesta cidade em construção, onde quase ninguém respeita as regras mínimas de segurança. A imagem, é bem provável, continua actual.



Quando o perigo paira nos céus

Entrada de acesso obrigatório ao populoso bairro do Palmarejo. Bem nas alturas, a vida laboral se desenrola normalmente, num cenário blindado, alheio ao natural perigo que impende sobre a cabeça dos transeuntes. Todos vêem, ninguém age. Mais fácil é coimar os pobres desgraçados que clamam por parques de estacionamento mais seguros e ignorar os pobres mortais que se esgueiram entre o suor e a pressa, num entrar e sair naquela que é, seguramente, a maior loja nacional de venda de materiais de construção.

Barba

Durante anos, Gust desfilou pelos corredores do poder e pela ilha com uma barba rebelde e um visual que os mais generosos chamariam de “descontraído”. Felizmente, São Pedro interveio no passado dia 11 de Agosto. Além de lama, também trouxe visitas internacionais, e com elas, um milagre estético: Augusto Neves limpou o rosto, para receber o seu homólogo do Porto, Rui Moreira. Barba, para quem não sabe ou já não se lembra, naquele tempo antigo, era coisa para poucos. Assim se explica a expressão “barba cara”.





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Achada Grande Frente - Fazenda 133/c - Praia - Cabo Verde
 Tel: +238 263 31 30 - Fax: +238 2635088 - Mvl: +238 9977683
 Email: geral@setelima.com - segurança@setelima.com - industria@setelima.com
 www.setelima.com

Etc.



**Entre a sombra
da droga e a luz
da recuperação**

Entre a sombra da droga e a luz da recuperação

O consumo de drogas e álcool continua a ser um dos maiores problemas sociais de Cabo Verde. Crianças e adolescentes entram, cada vez mais cedo, em contacto com substâncias que destroem famílias e comprometem o futuro. A NAÇÃO dá voz a quem viveu e saiu do inferno da dependência e hoje inspira outros: os cantores Ga da Lomba e Paulinha e o fotógrafo José Pereira.

Cantor Ga da Lomba

O primeiro contacto com a droga

Ga da Lomba, cantor conhecido entre os jovens, tinha apenas nove anos quando experimentou droga pela primeira vez. O episódio aconteceu ainda na 4.ª classe, através de um conhecido seu, adulto. “Lembro-me daquele momento como se fosse hoje, só de falar, consigo vive-lo”, afirma.

No início, experimentou, sem ficar preso à droga. Mas, durante a adolescência, voltou a consumir, de forma mais regular, ao ponto de se tornar num “agarrado”, termo utilizado pela gíria para os toxicod dependentes. Mais tarde, já envolvido no movimento hip hop, como um dos fundadores do grupo “Black Stone”, na zona de Paiol, onde morava, conseguiu afastar-se por algum tempo do vício. Na altura, sabendo do seu problema, o sofrimento da mãe foi um dos maiores impulsos para a mudança de atitude.

“Não foi num dia certo que decidi parar, mas sim resultado de todos aqueles fracassos, de todo o sofrimento da minha mãe, para eu sair do fundo do poço. Foi um processo doloroso, mas também com alguns prazeres. Tive prazer, porque se não fosse isso talvez nem estivesse lutando”, con-

Adelise Furtado - Estagiária



Ga da Lomba

ta acrescentando que o sofrimento era, sem dúvida, maior.

Em 5 de Dezembro de 2013, Ga decidiu mudar de vida. Estava no tratamento no Centro de Recuperação, na Granja, em Achada São

Filipe, na cidade da Praia. Curiosamente, antes frequentava o espaço apenas para zombar dos internos. Mas, confessa o nosso entrevistado, “Deus colocou-me lá para eu entender que todos somos iguais”.

E, nisso, como diz também, a música foi fundamental. “A música salvou a minha vida! Graças a Deus, toda a minha família especialmente a minha mãe, sempre esteve ao meu lado. Aquela situação mostrou-

-me quem eram realmente os meus amigos e quem eram colegas”.

Hoje, Ga da Lomba define-se como um lutador em constante aprendizagem e um sonhador capaz, aproveitando a sua paz e vontade de ajudar quem precisa.

“Há uma normalização, e muitos ainda utilizam drogas, mesmo as sintéticas, em discotecas. As ilícitas causam devastação. Uma minoria lucra, mas a maioria sofre. É preciso política social séria, investimento na prevenção e união entre Estado, sociedade civil e empresários”, reflecte sobre a gravidade do consumo de drogas na sociedade cabo-verdiana, caracteriza-o como sendo uma “situação gritante e gravíssima”.

Associação Garah: Sede de vencer!

Da experiência pessoal nasceu também um compromisso colectivo. Em 2016, Ga da Lomba fundou a Associação Garah, com sede em Achada Limpo, com foco na prevenção e na recuperação de jovens.

A associação aposta no trabalho junto da juventude, muitas vezes em idades surpreendentemente precoces. Quando se entra no espaço, o que mais impressiona é a presença de crianças. Esta é uma realidade com que a Garah lida diariamente.

“A prevenção deve come-

çar junto de quem ainda não chegou ao vício. Porque, se não trabalharmos na prevenção hoje, amanhã teremos muito mais problemas para resolver”.

O projecto “Nunca Experimentar” já percorreu várias ilhas e alcançou mais de 20 mil ouvintes, contando histórias, sensibilizando e inspirando mudanças. Pelo menos 30 jovens conseguiram transformar as

suas vidas diretamente com apoio da associação.

A Garah conta com o suporte do Governo, através de um programa do Ministério da Família. No espaço, em fase de construção, Ga planeia criar uma casa de tratamento com capacidade de acolhimento. Mas esta Associação funciona em regime ambulatorio, com psicólogos, sociólogos e técnicos sociais. Dispõe ainda de ac-

tividades de prevenção, programas “after school” e até um estúdio, onde a arte se torna parte do processo educativo.

E com isso, Ga da Lomba deixa uma mensagem: “Vamos fazer escolhas positivas, viver longe da droga, amar as nossas pessoas e correr atrás dos nossos propósitos para sermos felizes. GARAH- SEDE DE VENCER!”



Fundação Garah

José Pereira

“A arte abriu-me novos horizontes”

Se as drogas quase o destruíram, foi a arte, contudo, que lhe devolveu a vida. José Pereira, conhecido como Zé Patta, fotógrafo, licenciado em Relações Públicas e Secretariado Executivo, também activista nas áreas social e ambiental, onde actualmente é coordenador do programa Embaixadores de Esperança.

Tinha 11 anos quando o álcool entrou pela primeira vez na sua vida. Em Angola, em pleno contexto de guerra, “comecei a beber com adultos, como se eu fosse um deles”. Poucos anos depois, já em Cabo Verde e com 15 anos, experimentou “padjinha” num “batismo”, através de um amigo.

O que começou como curiosidade transformou-se rapidamente em dependência. “A curiosidade de sentir como era, de explorar sensações agradáveis mesmo, a partir de certa altura, explorar os limites, até aonde as sensações poderiam fazer-me ‘viajar’”, relembra, a propósito.

A dependência levou este entrevistado do A NAÇÃO à rua, ao estigma, a situações de risco constantes e até a overdoses. Desesperado, chegou a pensar no suicídio; apesar do apoio da família e de amigos próximos, sentia-se incapaz de resistir ao sofrimento. “Foi o instinto de sobrevivência que prevaleceu. Disse a mim mesmo: basta! Mesmo que não consiga mais nada na vida, as drogas vou conseguir libertar-me delas”.

Segundo conta, não foi fácil. Houve recaídas, frustrações, noites de desespero. Mas José Pereira não desistiu, acima de tudo havia uma luta individual. “Ninguém consegue deixar as drogas por nós, essa luta temos de ser nós a fazê-la”.

Passo a passo, porém, reconstruiu-se, e hoje celebra 19 anos de sobriedade. “As maiores dificuldades foram interiores: acreditar que era capaz. Passamos a ser o nosso maior inimigo, numa vida autodestrutiva. Mas é possível.”

A fotografia tornou-se a ferramenta que lhe permitiu comunicar e transformar o sofrimento em mensagens de impacto social. “As minhas imagens abordam a luta contra a po-

breza, a exclusão e as injustiças sociais, a preservação do meio ambiente e da nossa cultura. Procuo que cada fotografia transporte a alma do que retrato, mostrando sempre a dignidade humana”, explica.

O percurso educativo e profissional que fez após o tratamento teve grande importância, pois, o curso superior e a dedicação ao trabalho permitiram ao nosso entrevistado recuperar a autoestima, a confiança e a motivação para viver de forma responsável e autêntica, tornando-se um exemplo para o filho e para outros jovens.

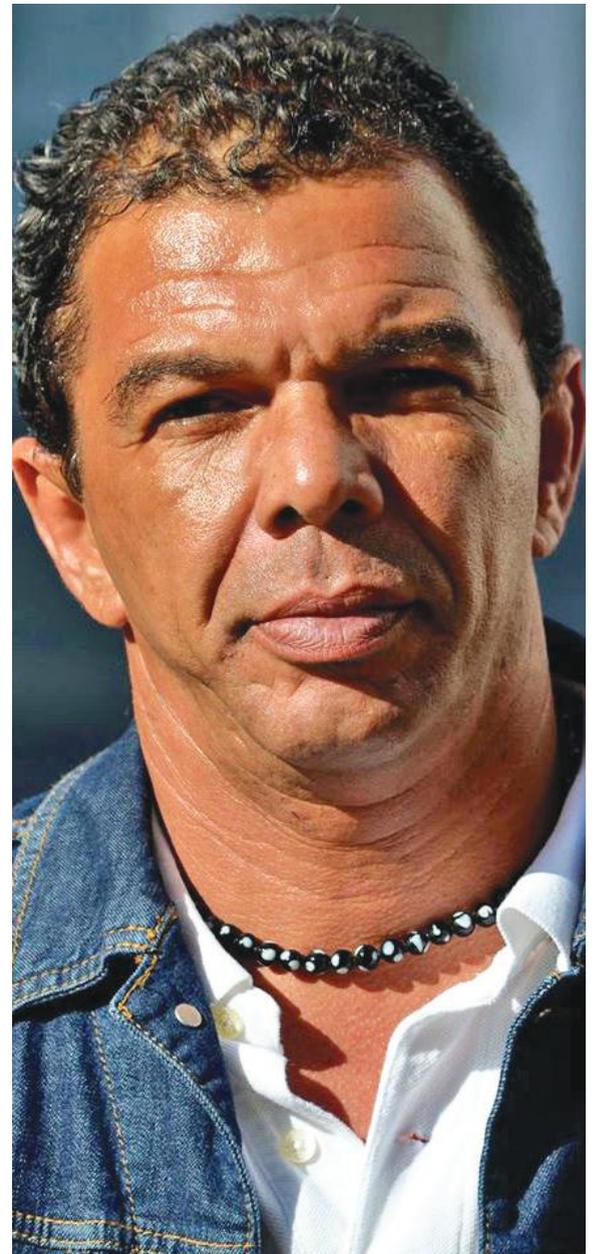
Droga, problema crescente

O trabalho de José Pereira em várias ilhas mostra que o consumo excessivo de álcool e de outras drogas é um problema crescente em Cabo Verde, muitas famílias vivem em desespero, escolas e instituições de acolhimento de crianças e adolescentes enfrentam grandes desafios, e centros de tratamento, prisões e comunidades reflectem o impacto da dependência.

José Pereira alerta por isso para a realidade preocupante que muitos jovens enfrentam. “Há crianças de sete e oito anos a consumir regularmente e outras envolvidas em situações de delinquência juvenil. Precisamos investir na prevenção, educação, saúde e apoio familiar”, afirma.

Para ele, a arte não é uma solução milagrosa, mas sim um caminho de libertação e autoconhecimento. “Podemos inspirar, mas não podemos resolver todos os problemas sociais sozinhos. A mudança exige envolvimento coletivo e um trabalho profundo em cada camada da sociedade”.

A mensagem de José Pereira é clara para quem luta contra a dependência: “O fundo do poço só existe quando decidimos parar. Pede ajuda, experimenta 24 horas de cada vez e nunca desistas de ti mesmo. A sobriedade é o primeiro passo para uma vida digna, feliz e plena.”



Cantora Paula Teixeira

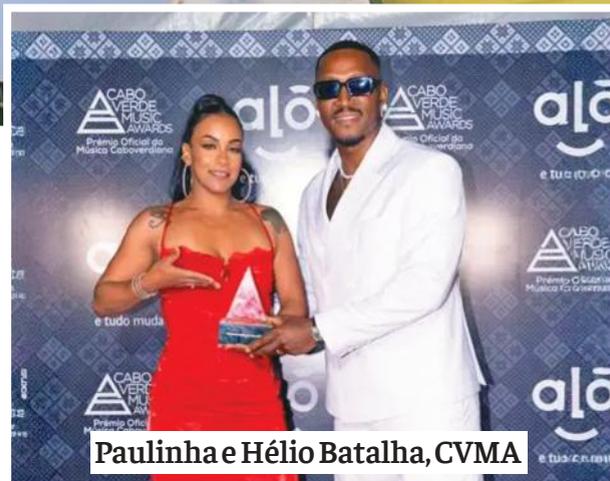
Lutando todos os dias...

Paula Teixeira, conhecida artisticamente como Paulinha, descobriu desde cedo a sua paixão pela música, influenciada por artistas como Celine Dion e Cesária Évora. Começou a cantar em festas familiares e sempre soube que a música seria uma parte essencial da sua vida.

O envolvimento com álcool e outras drogas surgiu aos 16 anos, motivado pela curiosidade, pelo medo de encarar o público no palco e pelo desejo de pertencer a um grupo. Mais tarde, após um período de abstinência, voltou a consumir a sua droga de eleição, a cocaína, o que teve consequências graves, prejudicou a sua vida profissional e perdeu a guarda da filha, chegando a tentar o suicídio.

“Não queria mais estar nessa vida! Mas, graças a Deus, a minha família sempre me deu apoio. Sou grata à minha família”, afirma Paulinha.

A música, segundo ela, sempre foi uma grande ferramenta para se acalmar e encontrar equilíbrio emocional.



Paulinha e Hélio Batalha, CVMA

Paulinha venceu o Cabo Verde Music Awards (CVMA), realizada a 7 de Junho passado, na cidade da Praia. Lançada em Novembro de 2024, a canção arrecadou três prémios, Melhor Colaboração, Hip Hop do Ano e Música do Ano, consagrando-se como o principal sucesso da noite.

Hoje, Paulinha considera-se uma mulher mais forte e capaz, embora reconheça que a dependência é uma doença crónica sem cura. “É uma luta diária. Cada 24 horas limpa e sóbria é uma grande vitória”, explica, acrescentando que ainda enfrenta sequelas como depressão e ansiedade.

A experiência pessoal também molda a sua arte e a sua mensagem para os outros: “Tudo o que vivo me influencia para cantar e fazer o bem. Jovens, cada decisão tem a sua consequência. Decidam pelo caminho da vida saudável. Não sigam pelo caminho da perdição. Até hoje eu pago pelos meus actos. Sejam fortes e saudáveis.”

Só Deus

Canções de Hélio Batalha e outros ritmos ajudaram Paulinha a lidar com a dor e o sofrimento. A música “Só Deus”, de Hélio Batalha em parceria com Paulinha, foi o grande destaque da 14ª edição dos Cabo Verde Music Awards.

Tenda El-Shaddai

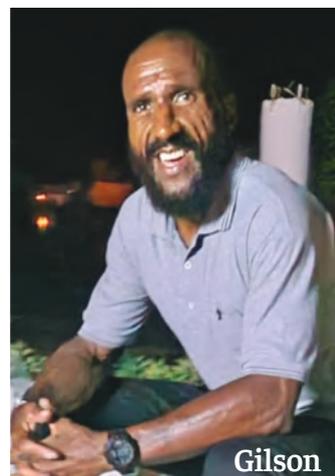
Um espaço de acolhimento e recuperação

Gilson, responsável e terapeuta na Tenda El-Shaddai, revela a trajetória e o impacto desta instituição na vida de pessoas com “dependências”: “A tenda foi fundada em 1996 e, desde então, já passaram por aqui milhares de pessoas com dependências. Não tenho noção na totalidade, mas inúmeras já aqui estiveram, tanto nacionais como estrangeiras, nomeadamente, de outros países africanos”.

O centro é o primeiro do país a tratar jovens com problemas de toxicode-

pendência, fundado pelo angolano, hoje cabo-verdiano, Honório Fragata, onde o próprio teve a sua história de dependência e superação do alcoolismo e foi cofundador do Instituto Caboverdiano de Menores, criando vários centros para crianças.

Segundo Gilson, o Centro acolhe neste momento cerca de 23 internos e as causas da maioria são por álcool e diversos tipos de drogas, lícitas e ilícitas., só para termos uma ideia da nossa realidade.



Gilson



El-Shaddai

Entender a dependência: prevenção e reconstrução de vidas

Para a psicóloga clínica e jurídica Kika Freyre, mestre em Sociologia da Saúde e doutora em Antropologia, é fundamental que a sociedade reconheça a dependência não como uma falha moral, mas como um desafio complexo que afeta o indivíduo, a família e a comunidade.

Segundo Kika, a recuperação vai muito além da suspensão do consumo. É uma jornada de reconstrução de vida, que inclui recaídas e exige acompanhamento psicológico constante.

“O acompanhamento actua em diversos pilares a compreensão das causas, desenvolvimento de habilidades de enfrentamento, ressignificação de identidades e fortalecimento das relações”, explica.

A psicóloga destaca a importância de conhecer a origem da dependência, que



Kika Freyre

pode estar ligada a traumas, doenças mentais ou dificuldades emocionais.

Outro ponto fundamental, segundo Kika, é trabalhar habilidades sócio-emocionais

desde a infância. Isso fortalece vínculos sociais, ensina a gerir emoções e cria resiliência, prevenindo o consumo precoce de substâncias. A construção de ambientes

escolares, comunitários e familiares positivos, junto com políticas públicas que combatam desigualdades e ampliem o acesso a saúde, educação e lazer, são medidas es-

senciais de prevenção.

Para além disso, o processo de superação é contínuo, pois a dependência é uma doença crónica. “O risco de recaídas está sempre presente. A pessoa pode ser ex-usuária, mas estará sempre em recuperação”, alerta.

O estigma social é outro desafio, que exige autoconfiança e apoio familiar. Criar novas rotinas, redes de amizades e formas de lazer saudáveis é fundamental para reconstruir a vida e manter a sobriedade.

Kika Freyre reforça que o acompanhamento psicológico oferece um porto seguro nessa jornada, permitindo que o indivíduo reconstrua sua vida com ciência, técnica e ética. “Não é uma jornada simples, longe disso, mas é possível, e cada pessoa pode encontrar um caminho sustentável de recuperação e reintegração social”, conclui.

Um desafio colectivo

As histórias de Ga da Lomba, José Pereira e Paulinha provam que a recuperação da toxicod dependência é possível. Mas também deixam claro que este é um caminho longo, marcado por quedas, recaídas e muita coragem.

Em Cabo Verde, onde crianças chegam a experimentar drogas antes mesmo da adolescência e novas substâncias começam a circular, a dependência deixou de ser apenas um drama individual. Estudos recentes mostram que 7,6% da população adulta já experimentou drogas ilícitas, 2,7% consumiram alguma substância no último ano e 1,6% nos últimos 30 dias.

A cannabis é a droga mais consumida, seguida por ecstasy e metanfetaminas, especialmente em áreas urbanas como Praia e Mindelo. Os seus impactos sociais e de saúde, como abandono parental e risco de VIH, tornam urgente a acção conjunta de famílias, comunidades e políticas públicas, por isso, a dependência deixou de ser apenas um drama individual.

Porque, como lembra José Pereira, “o fundo do poço só existe quando decidimos parar”. Decidir parar, porém, não basta: é preciso que a sociedade inteira esteja pronta para oferecer a mão que ajuda a levantar.

AF



Estado da Palestina

França e outros países ocidentais aumentam pressão sobre Israel



Emmanuel Macron

Na véspera da Assembleia Geral da ONU, o chefe de Estado francês presidiu em Nova Iorque a uma conferência internacional, ao lado do ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, a favor da solução de dois Estados como solução para a paz e a resolução do conflito.

Emmanuel Macron começou por lembrar os mais de 1200 mortos pelas mãos do Hamas, há dois anos, no ataque que está na origem da destruição de parte de Gaza e numa escalada que atinge várias dezenas de milhares de mortos, entre elas muitas mulheres e crianças. Fala-se em 60 mil ou mais, o que se configura como um genocí-

O reconhecimento do Estado da Palestina pela França e o Reino Unido, nos últimos dias, deve aumentar ainda mais a pressão sobre Israel, já que se tratam de dois membros-permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Também a Austrália, a Bélgica, Portugal, Luxemburgo, Malta, Andorra e São Marino se juntam aos mais de 150 países dos 193 integrantes da ONU, incluindo Cabo Verde, que reconhecem formalmente o Estado da Palestina. Ainda há tempo para salvar Gaza?

Joaquim Arena

dio contra a população civil.

Macron começou por acusar o antissemitismo crescente no mundo e a necessidade de se pôr um fim ao cativeiro dos reféns israelitas, bem como à fome e à destruição que Gaza vive. Para ele, a paz só poderá ser alcançada com a existência de dois Estados:

Israel e Palestina.

Preparado para a véspera da abertura dos debates na Assembleia Geral das Nações Unidas, o anúncio do reconhecimento francês surge em coordenação com vários países, no sentido de pressionar Benjamin Netanyahu a recuar na ofensiva total sobre

Gaza. Espera-se igualmente que esta posição de alguns países possa permitir a entrada de ajuda humanitária e seja um passo para a retoma das negociações para um cessar-fogo que leve à libertação dos reféns ainda nas mãos do Hamas.

Alemanha e Itália de fora

No entanto, dois importantes países europeus, a Alemanha e a Itália, não aderiram a este movimento, com o argumento de que a solução de dois Estados deve resultar de negociações e não de imposição unilateral. Por outro lado, temem que essa posição possa beneficiar o Hamas, como já vem sendo interpretado por alguns media internacionais.

E com este reconhecimento por parte da França e do Reino Unido, os EUA passam a ser o único dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU que não reconhece o Estado da Palestina. Não sendo considerado um país pela ONU, desde

2012 que a Palestina é considerada um Estado Observador Não Membro da ONU. Participa nos debates, mas não tem direito de voto.

O reconhecimento da Palestina poderá abrir o caminho para que os palestinianos tenham maior acesso aos órgãos da ONU e tratados multilaterais. Por outro lado, os palestinianos poderão ter maior facilidade na obtenção de vistos e abrirem mais missões diplomáticas pelo mundo.

Mas, para muitos observadores, apesar de ser mais simbólico, em sentido de apoio moral e político, o reconhecimento pode ser fundamental para o reforço da imagem da Autoridade Palestiniana (liderada por Mahmoud Abbas) - que administra a Cisjordânia - em relação ao movimento Hamas, que domina Gaza. No entanto, muito dificilmente a Palestina poderá vir a tornar-se um membro de pleno direito da ONU.

Para isso é necessário o voto de todos os membros permanentes do Conselho de Segurança (França, Reino Unido, Rússia, China, EUA), sabendo que os EUA, com Donald Trump na administração do governo, nunca irão ceder neste ponto e recuar na sua aliança histórica com Israel. Isto apesar de 75% dos 193 Estados-membros da ONU reconhecerem o Estado da Palestina.

Por seu turno, o presiden-

te brasileiro Lula da Silva (o Brasil reconhece a Palestina como Estado desde 2012) criticou a paralisia da ONU e voltou a defender a solução de dois Estados para o fim do longo conflito.

“Tanto Israel como a Palestina têm o direito de existir. Trabalhar para efectivar o Estado palestino é corrigir uma assimetria que compromete o diálogo e obstrui a paz. Assegurar o direito de autodeterminação da Palestina é um acto de justiça e um passo essencial para restituir a força do multilateralismo e recobrar nosso sentido colectivo de humanidade”, afirmou, no seu discurso, o presidente brasileiro.

O Brasil, a par da Nigéria, Índia e outros países dos BRICS, é um dos principais candidatos à nova constituição do CS da ONU, com o alargamento a novos membros-permanentes.

Israel intransigente

Em reacção a este reconhecimento pela França e restantes países europeus, o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, afirmou que “não haverá um Estado palestino”, num vídeo dirigido aos líderes do Reino Unido, Canadá e Austrália, que reconheceram anteriormente esse Estado. “Vocês estão a oferecer uma enorme recompensa ao terrorismo”, disse Netanyahu

na mensagem.

Por seu lado, um responsável do Hamas afirmou que o reconhecimento de um Estado palestino por parte dos países ocidentais representa “uma vitória” para os direitos dos palestinianos.

Posição de Cabo Verde

Quanto a Cabo Verde, em declarações à imprensa, o presidente José Maria Neves recordou que o país se encontra entre aqueles que há várias décadas reconheceram oficialmente o Estado da Palestina. “Queremos trabalhar para afastar extremismos, promover o diálogo, fazer tudo para que haja negociações, solução negociada dos conflitos, para poder haver paz, respeito aos direitos, às liberdades do povo palestino e assim poder haver desenvolvimento”, afirmou.

O presidente cabo-verdiano sublinhou ainda que a existência de dois Estados que convivam pacificamente constitui a via para a resolução definitiva do conflito israelo-palestiniano.

Por seu turno, o primeiro-ministro de Cabo Verde, que se encontra em Nova Iorque, deve discursar na Assembleia Geral da ONU deste ano. E, muito provavelmente, não deixará de se referir à situação do Médio Oriente (ainda sobre este assunto ver página A6).

PUB



FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de www.radioalfacv.com

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96

radioalfacaboverde



Bougainville

Uma ilha a caminho da independência

O processo de descolonização, que a partir da segunda metade do século XX deu lugar a novos países, criou situações anómalas e muitas vezes traumáticas e violentas, como a agregação de territórios a Estados, com os quais pouco ou nada tinham em comum. É o caso de Bougainville, uma região do Pacífico Sul, parte do arquipélago conhecido como Ilhas Salomão, que administrativamente faz parte da Papua Nova Guiné (PNG). Mas, após décadas de conflito, negociações e mobilizações, Bougainville aproxima-se de concretizar um sonho antigo: tornar-se um Estado independente.

Joaquim Arena

No referendo de autodeterminação neste arquipélago, realizado em Dezembro de 2019, os eleitores foram convidados a escolher entre “maior autonomia dentro de Papua Nova Guiné” ou “independência completa”. O resultado foi esmagador: cerca de 98,3% votaram pela independência.

Contudo, esse referendo não era vinculativo — ou seja, embora expressasse com clareza a vontade popular, era necessário que o parlamento de PNG ratificasse o resultado para que se transformasse em mudança legal no status político de Bougainville. Após o referendo, deu-se início a negociações formais entre o governo de Bougainville e o governo nacional de Papua

Nova Guiné.

Delas resultou que em Julho de 2021, os dois governos chegaram a um acordo mediante o qual Bougainville poderia tornar-se independente até 2027, contanto que o parlamento de PNG ratificasse o resultado do referendo. Em março deste ano, um fórum de líderes de Bougainville recomendou a data de 1 de Setembro de 2027 como momento em que a independência poderia entrar em vigor. O governo de Bougainville criou comissões para elaborar uma nova constituição e tem trabalhado em construir instituições e leis para um Estado próprio. No entanto, colocam-se ainda alguns problemas neste processo, como a ratificação parlamentar.

A lei nacional de PNG

exige que decisões constitucionais passem pelo parlamento. Há divergência sobre se uma simples maioria ou uma maioria de dois terços seria necessária para ratificar a independência de Bougainville.

A independência traz não só questões políticas, mas também económicas, a necessidade de sustentabilidade financeira, infraestruturas, serviços básicos, comércio, diplomacia. Um ponto focal é a mina de Panguna.

Para de tudo isso, há que resolver problemas ambientais e sociais; os danos ambientais do passado, as tensões sobre a repartição de lucros, e as expectativas de justiça e compensação entre as comunidades afetadas pela mina precisam ser tratadas com seriedade.



Perspectivas para 2027: o que poderia mudar

Caso tudo ocorra conforme os compromissos firmados entre Bougainville e PNG, em setembro de 2027 Bougainville poderia declarar formalmente sua independência. Isso implicaria: Transferência de soberania sobre áreas que hoje permanecem sob controle do governo nacional (dependendo do acordo final). Implementação de uma nova constituição, símbolos nacionais (bandeira, hino), instituições estatais completas. Estabelecimento de relações externas: diplomáticas, comerciais, de defesa, etc. Bougainville já iniciou a criação de um escritório de relações externas, e planeja contato com organizações

regionais como o Melanesian Spearhead Group.

A necessidade de gerir os recursos naturais de maneira sustentável, principalmente a mina de Panguna, para garantir receitas suficientes para manter o funcionamento do novo Estado, sem repetir erros do passado.

Do colonialismo aos conflitos

A história de Bougainville é marcada por múltiplas fases de dominação colonial, por reivindicações identitárias, e por um conflito que deixou profundas cicatrizes. No século XIX, Bougainville esteve sob influência alemã (como parte da Nova Guiné Alemã). Durante a Primeira Guerra Mundial, foi ocu-



pado pela Austrália. No período da Segunda Guerra Mundial, também foi ocupada pelos japoneses. Após o fim da Segunda Guerra, Bougainville foi administrada como parte do Território da Nova Guiné sob mandato australiano, até que a Papua Nova Guiné conquistou a sua independência em 1975 — momento em que Bougainville foi incorporada ao novo país como província autónoma.

Nos anos 80, surgiram tensões crescentes relativas à mina de Panguna — uma grande mina de cobre e ouro que havia ajudado no crescimento económico, mas também com impacto ambiental, conflito social, desigualdade na distribuição dos lucros e outros problemas. Em 1988 o território mergulhou

numa guerra civil, frequentemente chamada de “The Crisis” (A Crise), que durou aproximadamente uma década, com milhares de mortes (estima-se entre 15.000 a 20.000) e muito sofrimento para a população local.

Em 2001 foi assinado um acordo de paz (Bougainville Peace Agreement) que garantiu autonomia ampla para Bougainville, e definiu que em algum momento haveria um referendo para decidir o futuro político da região. Se tudo der certo — e as negociações forem produtivas, as instituições forem fortalecidas, os recursos bem geridos — Bougainville poderá emergir como o mais novo Estado do Pacífico Sul, símbolo de paz, democracia e autodeterminação.



Perfil de Bougainville

Localização e população

Bougainville situa-se no Pacífico Sul, a leste de Papua Nova Guiné (PNG) e vizinha das Ilhas Salomão. Faz parte do arquipélago das Ilhas Salomão, mas é administrada por PNG desde 1975. A população é estimada em cerca de 300 a 350 mil habitantes, distribuídos entre a Ilha de Bougainville, a Ilha Buka e ilhotas adjacentes.

Culturas e identidade

A sociedade é composta por comunidades tradicionais com forte organização clânica. A identidade cultural é distinta da de PNG, mais próxima dos povos melanésios e polinésios das Ilhas Salomão. A música, a dança e os rituais desempenham papel central, assim como a ligação espiritual com a terra. Durante décadas, essa diferença cultural alimentou a reivindicação por autodeterminação.

Línguas

Bougainville apresenta grande diversidade linguística: existem mais de 20 línguas nacionais, pertencentes a famílias papuásicas e austronésias. O tok pisin (língua franca da PNG) e o inglês também são falados, sobretudo em contextos oficiais e educacionais.

Economia atual

A economia é dominada pela agricultura de subsistência (taro, batata-doce, coco, cacau e café). O cacau é um dos principais produtos de exportação. O sector mineiro, entretanto, é o maior potencial económico. A mina de Panguna, antes uma das maiores do mundo em cobre e ouro, encontra-se fechada desde o conflito dos anos 90, mas há planos para sua reabertura, o que gera debates sobre sustentabilidade ambiental e repartição de lucros. O comércio é limitado e a infraestrutura ainda é frágil.



Isabella Bretz

Abreviando as distâncias em Cabo Verde: o sentido de voltar

Chegamos de forma inusitada: recebidos pela chuva. De tudo o que imaginei levar na mala, o guarda-chuva não estava na lista. As águas não deram trégua o dia todo e também não amenizaram a temperatura. O calor já transbordava pela pele. Mas esse calor não vinha só de fora; vinha também do coração, que estava muito feliz em voltar.

Já nos sentíamos em casa, afinal era a terceira visita à Cidade da Praia. A primeira foi em 2017. Eu tinha acabado de lançar um álbum chamado “Canções Para Abreviar Distâncias: uma viagem pela língua portuguesa”. Selecionei 8 poemas, cada um de um escritor lusófono vivo, que foram transformados em canções. De Cabo Verde, escolhi “Ai, se um dia...”, de Vera Duarte.

A força daquelas palavras me impactou. Era a força de um povo que precisa nadar contra a corrente o tempo todo. Gostei especialmente de como o poema é dividido em duas partes. Primeiro há um lamento sobre os obstáculos que têm que ser vencidos diariamente, como a seca e a fome. Em seguida, uma nova abordagem, concreta, firme, mostrando que a força para superá-los vem das pessoas. Nós somos a chuva que cai para fazer brotar da ter-

ra o que precisamos. E digo “nós” porque sou brasileira, e há tantos desafios comuns entre Brasil e Cabo Verde.

O álbum havia sido lançado e é claro que, com ele, eu queria conhecer todos os países de língua portuguesa. Eu já conhecia o Brasil, onde nasci; Portugal, onde vivo; e Moçambique, onde realizei um trabalho voluntário em 2011. Por algum motivo, veio uma grande vontade de ir a Cabo Verde primeiro. Escrevi para o Centro Cultural Brasil - Cabo Verde (atual Instituto Guimarães Rosa) e, felizmente, quem estava do outro lado da tela era Marilene Pereira. Trocamos mensagens, ela gostou muito do projeto e depois de muito trabalho e articulação, nossa ida ao país foi viabilizada por um edital cultural. A ligação com a Marilene não veio somente por ela trabalhar com cultura na Praia, nem por ser minha conterrânea de Belo Horizonte. Ao longo desses anos, tornou-se uma querida e preciosa amiga.

O álbum foi feito por mim, pelo Rodrigo Lana e Matheus Félix, que são músicos também de Belo Horizonte. Assim, fomos os três a Cabo Verde em 2017 para uma apresentação na Morabeza - Festa do Livro de Cabo Verde. Foi uma experiência riquíssima para

nós. Um dos momentos mais marcantes para mim foi visitar o Campo de Concentração do Tarrafal. Eu não imaginava a dimensão da história e da dor que aquele lugar carregava. Fiquei profundamente comovida.

Voltamos em 2018, também a convite da Embaixada do Brasil, para realizar um show desse mesmo projeto no contexto de um encontro do Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP. Com um pouco mais de tempo, conhecemos mais da cidade e experimentei pela primeira vez meu prato cabo-verdiano preferido até o momento: a cachupa guisada! Uma delícia, não é? Lembra bastante o nosso feijão tropeiro brasileiro.

Os anos passaram, o projeto cresceu e ganhou outros braços, como o acadêmico. Fui lançando outros trabalhos também, mas sempre “abreviando as distâncias na lusofonia”. Por muitas vezes tentei regressar, mas sempre havia algum impedimento. Finalmente, com o apoio da Fundação GDA, Rodrigo e eu pudemos regressar, 7 anos depois. Dessa vez, apresentamos músicas do nosso álbum “Cabeça Fora D’Água”, além de outras de discos anteriores e influências que marcaram nossas vidas. Mais

uma vez, contamos com o grande apoio do Instituto Guimarães Rosa e da Embaixada do Brasil, além de termos sido muito bem acolhidos no auditório do Centro Cultural Português. Uma cooperação entre Portugal, Cabo Verde e Brasil, países tão importantes para mim, fez com que fosse possível novamente.

Voltei para casa com a mala muito mais cheia. Trouxe as lembranças de um show com a casa cheia de um público caloroso, empolgado e participativo. Guardei a alegria de ter encontrado novamente Vera Duarte, mulher que admiro por uma centena de motivos e que tanto significa nesse país. Vieram as fotos de um passeio calmo pela Cidade Velha, ouvindo todas as histórias contadas pela Marilene. O cheirinho da cachupa do sábado de manhã. A sensação de uma chuva cabo-verdiana no corpo. A certeza de que a verdadeira diplomacia cultural não é entre países, mas entre os povos. Ela é a genuína amizade que se forma além fronteiras, além mar. Trouxe a profundidade de viver em língua portuguesa. E a vontade de aprender crioulo, para, da próxima vez, poder dizer: nha keridus amigos, N’bô torna

“A sensação de uma chuva cabo-verdiana no corpo. A certeza de que a verdadeira diplomacia cultural não é entre países, mas entre os povos. Ela é a genuína amizade que se forma além fronteiras, além mar.”



Isabella Bretz e Rodrigo Lana em concerto no Centro Cultural Português. Foto de José Correia

Prato cheio

Torta de Caramelo com Manga e Maracujá

Ingredientes:

- 200g de biscoito tipo digestivo;
- 100g de manteiga derretida;
- 400g de cream cheese;
- 200g de açúcar;
- 3 ovos;
- 1 colher (chá) de essência de baunilha;
- 1 xícara de molho de caramelo pronto ou caseiro;
- 1 manga madura fatiada;
- 1/2 xícara de polpa de maracujá com sementes.

Modo de preparo:

1- Triture os biscoitos no processador até obter uma farofa fina, misture com a manteiga derretida até formar uma massa úmida e pressione no fundo de uma forma de fundo removível, nivelando bem.

2- Leve ao forno preaquecido a 180°C por 10 minutos e depois reserve. Para o recheio, bata o cream cheese com o açúcar até formar um creme liso, adicione os ovos um a um, misturando bem, e incorpore a baunilha e o molho de caramelo até ficar homogêneo.

3- Despeje essa mistura sobre a base já assada e leve ao forno a 180°C por cerca de 25 a 30 minutos, até as bordas firmarem e o centro ainda balançar levemente. Deixe esfriar em temperatura ambiente e leve à geladeira por no mínimo 2 horas ou até firmar completamente.

4- Após gelar, disponha as fatias de manga sobre toda a superfície da torta, espalhe a polpa de maracujá por cima e finalize com fios de caramelo a gosto. Sirva bem gelada para destacar o contraste entre o doce, o ácido e o cremoso.



Caça-palavras

O	R	O	D	A	L	E	G	N	O	C	A
Ã	O	R	V	S	A	O	W	A	R	E	I
S	E	N	D	T	X	C	E	H	R	T	T
I	N	F	U	I	C	I	L	G	A	O	I
V	I	J	O	T	D	F	E	J	G	R	O
E	R	A	A	G	U	Í	O	A	H	R	C
L	O	E	N	H	Ã	R	O	G	O	A	I
E	O	M	Z	C	U	O	A	I	Õ	D	R
T	E	D	O	E	T	G	C	H	P	E	I
M	E	H	W	B	E	I	N	N	I	I	S
S	A	D	N	O	O	R	C	I	M	R	O
A	I	E	H	L	T	F	F	E	E	A	R

Encontre:

- SOLUÇÕES:
- TELEVISÃO
 - FRIGORÍFICO
 - FOGÃO
 - FREEZER
 - MICROONDAS
 - TORRADERA
 - FOGÕES
 - DVD
 - CONGELADOR
 - LÍQUIDIFICADOR

Encontre sete diferenças



Talento

Há quem use as plataformas digitais para tocar corações, apoiar comunidades e inspirar mudanças. Este é o caso de **Edson Correia**, 35 anos, jovem natural da ilha do Maio, Calheta, conhecido pela página "Além do Horizonte", um espaço que há quase sete anos mistura poesia, solidariedade e consciência social.

Conforme lembra, no seu caso, a escrita nasceu da paixão pelo hip hop e composições líricas, por volta dos 16 anos, ainda no liceu. Mais tarde, a escrita manteve-se viva, às vezes em pausa, mas nunca esquecida.

Criada em 2017, "Além do Horizonte" tornou-se um verdadeiro diário poético e social. Nela Edson partilha poemas sobre questões sociais, histórias reais ou imaginadas, amor, paixão.

Em 2019, venceu um concurso nacional de poesia sobre o Natal, promovido pela TIVER, o que marcou o seu regresso consis-

tente ao mundo literário.

Como forma de homenagem ao Giovanni, o jovem cabo-verdiano assassinado em Portugal, Edson escreveu um poema que viralizou, com mais de 4.500 reações e milhares de partilhas em Cabo Verde, Portugal e Inglaterra. "Algumas pessoas chegaram a partilhar sem o meu nome, mas eu não levei a mal. O objectivo nunca foi fama, foi solidariedade", diz.

Depois de ter participado num livro colectivo lançado no ano passado, Edson pretende agora publicar o seu próprio livro de poesia. "A única barreira neste momento são os custos de produção. Caso não conseguir apoio ou parcerias, pretendo organizar-me para lançar o livro por minha conta, nem que for no próximo ano", afirma com firmeza.

Além da escrita, a acção social continua activa. Em Novembro de 2024, lançou uma

campanha de apadrinhamento escolar através de "Além do Horizonte", conseguindo apoio financeiro mensal para 15 alunos do liceu, com contribuições de 1.500 por mês para cada estudante.

Foi durante o período da pandemia que nasceu um dos seus projectos mais marcantes, o "Maiotudohora". Através de parcerias e mobilização comunitária, conseguiu entregar cestas básicas a famílias carenciadas, bem como material escolar, mochilas, batas e uniformes a dezenas de alunos.

Para Edson Correia, acreditar em si mesmo é o primeiro passo. "Nunca perder a humildade, nem se deixar abalar pelas adversidades e negatidades. Com foco, paciência e determinação, podemos chegar onde quisermos, desde que nunca percamos a nossa essência", conclui.

Cláudia da Cruz -estagiária



Kafuka African Film Festival acontece em Outubro

Segundo Natacha Traveiro, directora artística do certame, o Kafuka African Film Festival pretende ser um marco na celebração da cinematografia Africana, com a apresentação de 40 filmes de vários países, incluindo Togo, Senegal, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e também da diáspora cabo-verdiana.

O festival ambiciona ser uma referência continental nos próximos anos, enfatiza Traveiro e a abertura e o encerramento terão lugar na Presidência da República, no Platô.

Competições de curtas e longas metragens

O festival terá, também, uma vertente competitiva que premiará longas-metragens com os

A primeira edição do Kafuka African Film Festival acontece de 16 e 19 de Outubro, na cidade da Praia, com a apresentação de 40 filmes africanos e da diáspora cabo-verdiana. Paralelamente às exhibições, serão realizadas masterclasses, competições, homenagens e momentos de networking. As sessões de exibição serão gratuitas.

A Nação



títulos Cafuca de Ouro e Cafuca de Prata, e curtas-metragens com os prémios Cafuca Short Ficção e Cafuca Short Documentários.

Será igualmente realizado uma secção não competitiva, que abrange o Cinema Contemporâneo Nacional, o Cinema Contemporâneo Africano e o Cafuquinha, dedicado ao público infantojuvenil.

neo Nacional, o Cinema Contemporâneo Africano e o Cafuquinha, dedicado ao público infantojuvenil.

Sessões gratuitas e masterclasses

O evento inclui masterclasses, momentos de networking e homenagens a três líderes comunitários pelo seu trabalho em prol das comunidades.

A organização revelou que todas as sessões serão gratuitas, mediante levantamento de bilhetes através da plataforma Sold Out, com o objectivo de aproximar o público cabo-verdiano do cinema e despertar maior interesse pela sétima arte.

Além da Presidência da República, a primeira edição do festival tem como principais patrocinadores a Cultural Resistance Foundation, a cineasta brasileira Yara Lee, a Câmara da Praia, o Instituto Guimarães Rosa, as embaixadas dos EUA e Angola, entre outros parceiros nacionais e internacionais.

Acontece

3ª edição da Recriação Histórica "Passagem do Navegador Espanhol Sebastián de Elcano", no Largo do Pelourinho e Rua Calhau, na Cidade Velha, Santiago, sábado, 27, das 09h às 13h

Exposição do artesão Beto Diogo, na Livraria Nhô Eugénio, Cidade da Praia, Santiago, sexta-feira, 26

Noite de Morna e Festival de Batuco e Funaná, no Centro Histórico e Cultural do Porto de Calheta e na Praia de Veneza, em São Miguel, Santiago, de 26 a 28 de Setembro

5ª edição de roda de Samba, no Barrocas, em Mindelo, São Vicente, sábado, 27, às 16h.

Lançamento EP "Recomeço" de Rubén Teixeira, no LAV, em Lisboa, Portugal, sexta-feira, 26, às 23h

Aconteceu...



Concerto com Assol Garcia no Auditório Nacional Jorge Barbosa, Cidade da Praia, dia 20, às 21h.

Classificados



Nome da Empresa Emitente: Ecobank Cabo Verde, SA
Endereço: Avenida Cidade de Lisboa
Capital Social: 829.858.400\$00
NIF: 255963068

COMUNICADO Pagamento de Juros do 8º Cupão

Avisam-se os titulares de Obrigações Série D da emitente Ecobank Cabo Verde, SA, que, em conformidade com as condições de emissão, se encontram a pagamento, a partir de 28 de setembro de 2025, os juros relativos ao 8º Cupão, das obrigações com o código ISIN: Série D - **CVEVDOM0003**, cujo valor por obrigação é o seguinte:

SUBSCRITORES	DATA EMISSAO	MONTANTES	
		PRINCIPAL	JUROS LIQUIDOS
OBRIGACOES 5,00%	28-09-2021	1 000,00	22,50

O agente pagador nomeado para o efeito é o Intermediário Banco Central de Cabo Verde, processando-se o pagamento de acordo com os regulamentos em vigor, nos termos do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Praia, 17 de setembro de 2025

[Assinatura]
A Empresa Emitente

Ecobank Cabo Verde S.A.
Avenida Cidade de Lisboa - Vila Rica - C.P. nº 374/C, Praia
Telf: (238) 260 36 60 - Fax: (238) 261 10 90 - e-mail: ecobank@ecobank.com
www.ecobank.com



ANÚNCIO DE CONCURSO

No âmbito do Moonshot Facility, em colaboração com a equipa UNDP ITM Green Energy, o Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde informa que se encontra aberto o concurso para:

Fornecimento, instalação, comissionamento (incluindo todas as obras de infraestrutura necessárias) e prestação de serviços pós-venda de um sistema solar fotovoltaico para o parque de estacionamento do escritório das Nações Unidas em Cabo Verde - (Ref. UNDP-CPV-131, prazo: 17/10/2025).

O projeto prevê a instalação de um sistema fotovoltaico com uma potência de **40,92 kWp**, a integrar no sistema já existente de **32,5 kWp**.

Atividades e datas-chave:

- **Confirmação de participação na visita principal ao local e na conferência de concorrentes:**
Segunda-feira, 29 de setembro de 2025 (email: procurement.cv@cv.jo.un.org)
- **Visita principal ao local (obrigatória):**
Terça-feira, 30 de setembro de 2025, às 15h00 (hora local)
- **Conferência de concorrentes:**
Quinta-feira, 2 de outubro de 2025, às 11h00 (hora local)
- **Segunda visita opcional ao local:**
Quinta-feira, 9 de outubro de 2025, às 15h00 (hora local)
- **Data-limite para pedidos de esclarecimento:**
Quarta-feira, 14 de outubro de 2025

Os interessados deverão consultar o Request for Quotation (RFQ), incluindo os Termos de Referência, publicado no portal de concursos do PNUD (UNDP Procurement Notice):

https://procurement-notice.undp.org/view_negotiation.cfm?nego_id=38590

Nota: O concurso é gerido através do novo sistema eletrónico de concursos do PNUD, denominado Quantum. As empresas interessadas deverão submeter as suas propostas diretamente na plataforma, em conformidade com as orientações constantes no RFQ e seguindo as instruções detalhadas no guia do utilizador:

https://undp.service-now.com/kb_view.do?sysparm_article=KB0014104

O PNUD reserva-se o direito de anular o presente concurso caso as propostas apresentadas não cumpram os requisitos mínimos estipulados no caderno de encargos.

Edifício das Nações Unidas – Ave. OUA – Largo das Nações Unidas
B.P. 62, Av. OUA, Achada de Santo António, Praia Abo Verde
Tel.: (238) 260 96 00 – Fax: (238) 262 10 96 - e-mail: unoffice.cv@one.un.org www.un.org



Ministério da Agricultura e Ambiente
Direção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO “INTERVENÇÃO DA FASE 1-B DO AEROPORTO INTERNACIONAL ARISTIDES PEREIRA (BCV)” ILHA DA BOAVISTA

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto - Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**INTERVENÇÃO DA FASE 1-B DO AEROPORTO INTERNACIONAL ARISTIDES PEREIRA (BCV)**” do proponente **CABO VERDE AIRPORTS (CVA)** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 18 de setembro a 17 de outubro nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv;
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente - Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contacto eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 19 de setembro de 2025.

[Assinatura]
A Direção Nacional do Ambiente
/ Estelita Espartero Rodrigues /

Chã d'Areia- Praia - Cabo Verde | CP. 115+238 261 89 84/ IP: (333) 7170
| www.governo.cv governocaboverde Cabo Verde Gov



ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/UGA-ANAS/2025

“Fornecimento de 14 sistemas de dosagem de hipoclorito de cálcio 65%, e instalação e comissionamento de quadros elétricos”

- Entidade Adjudicante:** Agência Nacional de Água e Saneamento, a qual tem sede em Tira Chapéu, Cidade da Praia.
- Órgão competente para a decisão de contratar:** Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Água e Saneamento.
- Órgão competente para autorizar despesa:** Ministro de Agricultura e Ambiente.
- Entidade responsável pela condução do procedimento:** A Entidade responsável pela condução do procedimento é a ANAS, através da Unidade de Gestão de Aquisição a qual tem sede em Tira Chapéu • C.P. 567 • Cidade da Praia • República de Cabo Verde Tel.: (+238) 261 42 14 / 261 60 00.
- Financiamento:** As despesas relativas à celebração do contrato são financiadas pelo Governo de Cabo Verde, através do Projeto Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão.
- Objeto do Concurso:** Fornecimento de 14 (catorze) Sistemas de Dosagem de Hipoclorito de Cálcio 65% e instalação e comissionamento de quadros elétricos.
- Local da execução do contrato:** Ilha de Santo Antão.
- Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos por e-mail através do endereço aneth.lopes@anas.gov.cv, carine.pinto@anas.gov.cv, auxilia.santos@anas.gov.cv.
- Visita obrigatória ao local da obra:** será realizada uma visita técnica onde os trabalhos serão realizados, nos seguintes dias:
 - Dia 09 de setembro de 2025, pelas 10:00, com concentração em frente ao Posto de Enacol de Ribeira Grande;
 - Dia 10 de setembro de 2025, pelas 09:30, com concentração em frente da Delegação Regional Norte da ANAS em Porto Novo.
- Custo dos documentos de concurso:** Os documentos do presente Procedimento podem ser adquiridos mediante o pagamento de 25.000\$00 (vinte cinco mil escudos) não reembolsáveis. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito (DUC), na conta corrente a indicar pelo serviço de contabilidade da ANAS.
- Não são admitidas **propostas com variantes**.
- Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos os interessados com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública.
- Modo de apresentação das propostas:** 1 (um) **original impresso**, 1 (uma) **cópia impressa** e 1 (uma) **cópia digital** (*pendrive*).

As propostas impressas devem conter as menções “original” e “cópia”, devendo a cópia ter as mesmas assinaturas que o original. As citadas propostas devem ser remetidas por via de correio registado ou entregues por portador contra recibo na secretaria da ANAS, Tira Chapéu, Cidade da Praia, C.P. 567 Cidade da Praia, em envelope fechado, com a inscrição:

“CP_Nº04/UGA-ANAS/2025_FORNECIMENTO DE 14 SISTEMAS DE DOSAGEM DE HIPOCLORITO DE CÁLCIO 65% E INSTALAÇÃO DE QUADROS ELÉTRICOS”.

- Língua:** As propostas bem como toda a documentação técnica que as acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa.
- Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas **até 16:00 horas** do dia **08 de setembro de 2025**, conforme indicações do programa de concurso, no endereço indicado no ponto 3 do presente anúncio.
- Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 dias, devendo ser prestada caução de garantia de manutenção das propostas no valor de 250.000\$00 (duzentos e cinquenta mil escudos CV), nos termos do n.º 2, art. 107.º do CCP.
- Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é a proposta economicamente mais vantajosa, em conformidade com o ponto 18. do Programa de concurso.
- Ato público:** O ato público de abertura das propostas tem lugar na Sede da ANAS, as **10:00 horas** do dia **09 de setembro de 2025**, onde deverão estar presentes os 3 (três) membros do Júri e um representante da Procuradoria-Geral da República e os representantes dos concorrentes, devidamente credenciados para o efeito.
- Esclarecimento:** Os concorrentes interessados para uma boa compreensão dos documentos do procedimento poderão solicitar esclarecimento, por escrito, pelo endereço eletrónico aneth.lopes@anas.gov.cv, carine.pinto@anas.gov.cv, auxilia.santos@anas.gov.cv até o prazo indicado no programa do concurso.
- Lei aplicável ao procedimento:**

O presente procedimento será regido por Lei n.º 88/VIII/2015 de abril, que aprova o Código de Contratação Pública, o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (Decreto-Lei n.º 50/2015 de 17 de novembro), e Portaria n.º 60/2015, que aprova os documentos standardizados de procedimentos pré-contratuais previstos (BO n.º 78).

Cidade da Praia, aos 03 de setembro de 2025



	EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A	ANÚNCIO DO CONCURSO
CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS		

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL Nº 009/ASA/dfa/2025 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA CVOR/DME

1. ENTIDADE ADJUDICANTE:

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A, com sede no Edifício do Centro de Controlo Oceânico do Sal, sito no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Cidade de Espargos, Ilha do Sal, Caixa Postal n.º 58, número de identificação fiscal 200166972, tel.: n.º +238 2419200, correio eletrónico: dfa.compras@asa.cv.

2. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

3. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO:

Direção Financeira e Administrativa – Departamento de Gestão de Aquisições, da ASA, S.A.

4. FINANCIAMENTO:

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste procedimento correrão por conta de recursos próprios, consignados no orçamento da ASA, S.A.

5. OBJECTO DO CONCURSO:

O presente concurso tem por objeto o *Fornecimento e Instalação de um Sistema CVOR/DME*, de acordo com as disposições constantes na Parte II - Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

6. LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Os bens objeto do presente procedimento devem ser entregues e instalados no local previsto no ponto 13 da Parte II – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

O contrato tem a sua vigência até a data da Receção Provisória do Sistema CVOR/DME, consoante o prazo de execução do fornecimento e instalação apresentado na proposta vencedora, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da Receção Definitiva dos Sistemas.

8. OBTENÇÃO DOS DOCUMENTOS DO CONCURSO:

8.8 As peças do procedimento encontram-se disponíveis no Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>.

8.2 Para efeitos de consulta dos interessados, as peças do procedimento encontram-se patentes na Direção Financeira e Administrativa da ASA, na morada indicada no ponto 1, onde podem ser examinadas durante as horas de expediente, das 08H00 às 15H30.

9. PROPOSTA VARIANTES:

Não é admitida a sua apresentação.

10. REQUISITOS DE ADMISSÃO:

Podem ser admitidas todas as empresas nacionais e internacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública.

11. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

As propostas e todos os documentos que a acompanham devem ser submetidos de acordo com as normas estabelecidas no ponto 11 do Programa do Concurso.

12. IDIOMA DOS DOCUMENTOS:

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, serão acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

13. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:

Os interessados devem entregar as respetivas propostas, **até às 12H00 do dia 19 de novembro de 2025.**

14. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS:

Os concorrentes ficam obrigados a manter a validade das suas propostas durante o prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data-limite para a sua entrega. O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por igual período se os concorrentes nada requererem em contrário.

15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, de acordo com a metodologia de avaliação constante do Anexo III ao Programa do Concurso:

16. DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

Não.

17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

Os interessados poderão solicitar, por escrito através do Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>, ou pelo endereço eletrónico dfa.compras@asa.cv, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos documentos do presente procedimento, até às 16:00 horas do fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos, também por escrito, para o endereço de correio eletrónico indicados pelo interessado, até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

18. ATO PÚBLICO:

O ato público de abertura das propostas realizar-se-á **às 09H00 do dia 20 de novembro de 2025**, por **VIDEOCONFERÊNCIA**, através do Microsoft Teams, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

19. LEI APLICÁVEL AO PROCEDIMENTO:

- Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril – Código da Contratação Pública.

Ilha do Sal, 23 de setembro de 2025


 O Administrador Executivo
 António Alcântara Leitão Brito



SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE EM ESTRADAS NACIONAIS (SEMAC-EN), NA ILHA DE SANTIAGO

LOTE 1

(ESTRADAS PAVIMENTO EM BETÃO BETUMINOSO)

Anúncio de Concurso Público Nacional O-ST-03/2025

1. A Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um Concurso Público Nacional, para a execução da empreitada de Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais (SEMAC-EN), na Ilha de Santiago Lote 1 (Estradas Pavimento em Betão Betuminoso).
2. Os Serviços de Manutenção Corrente devem ser assegurados a partir da data do início do contrato e por um período de três (3) anos, para as seguintes Estradas Nacionais.

abaixo indicado, a partir de 24 de setembro de 2025 em formato digital, mediante o pagamento dum montante não reembolsável de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos). O método de pagamento pode ser por transferência bancária, na conta do ECV, E.P.E. junto do Tesouro, mediante emissão do DUC pelos Serviços de Contabilidade do ECV, E.P.E.

6. Uma visita obrigatória às Estradas Nacionais, acompanhada pelos Técnicos da Estradas de Cabo Verde, E.P.E., está programada para o dia 01 de outubro de 2025, com encontro na Estradas de Cabo Verde, às 09:00 horas, conforme as instruções apresentadas na “Parte III: Condições Especiais do Caderno de Encargos” do Dossier de Concurso.

7. A Avaliação das Propostas será efetuada segundo os requisitos técnicos e financeiros especificados no Dossier de Concurso.

8. Os Concorrentes podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação do Dossier de Concurso para os endereços de correio eletrónico abaixo indicados, entre 24 de setembro de 2025 a 06 de outubro de 2025. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia 20 de outubro de 2025.

9. As Propostas dos Concorrentes elegíveis, redigidas na língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos no Dossier de Concurso, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde, E.P.E., até às 10:00 horas do dia 30 de outubro de 2025, em invólucro fechado, 1 (Um) exemplar em formato papel e 1 (Um) exemplar em formato digital (Pen-Drive).

10. O Ato público de abertura das Propostas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no 30 de outubro de 2025 às 10:30 horas, na presença dos representantes dos Concorrentes que assim desejarem assistir.

11. As propostas deverão ser acompanhadas de uma Garantia de Manutenção da Proposta no valor de 1.000.000,00 CVE (um milhão de escudos cabo-verdianos).

12. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:

Estradas de Cabo Verde, E.P.E.
Avenida Santiago nº 28, 4º dir. e esq.
CP 343 –A
Palmarejo – Praia

Email: concursos@estradas.cv ; pedro.t.silva@mioth.gov.cv;

Brucelinda.Veiga@mioth.gov.cv;

Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv; manuel.v.fernandes@gov.cv

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

Lista de Estradas Nacionais (EN) Lote 1			
Ilha	Código de Estrada	Pontos extremos e intermédios	Extensão (km)
Santiago	EN1-ST-02	Entroncamento EN1-ST-01 - Milho Branco - Pedra Badejo - Calheta São Miguel - Tarrafal	57,600
	EN1-ST-03	Órgãos (Rotunda EN1-ST-01) - Pedra Badejo (Entroncamento EN1-ST-02)	10,055
	EN1-ST-04	Cruz Grande (Entroncamento EN1-ST-01) - Calhetona (Entroncamento EN1-ST-02)	13,728
	EN3-ST-14	Nazaré (Entroncamento EN1-ST-02) - Praia Baixo	7,185
	EN3-ST-16	Milho Branco (Entroncamento EN1-ST-02) - Portal - Achada Baleia - Moia Moia	10,651
	EN3-ST-20	Achada Laje (Entroncamento EN1-ST-02) - Saltos Acima - Pingo Chuva - Arribada (Entroncamento EN1-ST-04)	12,510
	EN3-ST-24	Entroncamento EN1-ST-02 - Pilão Cão - Ponta Talho	3,991
	EN3-ST-25	Boca de Ribeira (Entroncamento EN1-ST-02) - Ribeira Principal - Hortelão	6,720
	EN3-ST-27	Entroncamento EN1-ST-02 - Achada Moerão	6,144
	EN3-ST-28	Entroncamento EN1-ST-02 - Ponta Furna	3,980
	EN3-ST-29	Entroncamento EN1-ST-02 - Biscainhos	2,500
	ER-ST-03	Ponta Talho - Igreja	2,416
	ER-ST-09	Pedra Badejo (Entroncamento EN1-ST-02) - Ribeira dos Picos	7,000
	ER-ST-15	Achada Igreja - Fazenda	4,500
	EM-SM-03	Entroncamento EN1-ST-04 - Cutelo Gomes - Igreja	4,770
SOMA:			153,750

3. Ao Concurso podem candidatar-se empreiteiros com Alvará de 5ª Classe ou superior – da 2ª Categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas).

4. Para submissão das Propostas cada Concorrente tem de adquirir o Dossier de Concurso.

5. O Dossier de Concurso estará disponível, para compra e consulta, no endereço

Conselho de Administração da ECV, E.P.E.





SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE EM ESTRADAS NACIONAIS (SEM-AC-EN), NA ILHA DE SANTIAGO

LOTE 2

Anúncio de Concurso Público Nacional O-ST-04/2025

- A Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um Concurso Público Nacional, para a execução da empreitada de **Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais (SEM-AC-EN)**, na Ilha de Santiago Lote 2.
- Os **Serviços de Manutenção Corrente** devem ser assegurados a partir da data do início do contrato e por um período de **três (3) anos**, para as seguintes Estradas Nacionais.
- Para submissão das Propostas cada Concorrente tem de adquirir o Dossier de Concurso.
- O Dossier de Concurso estará disponível, para compra e consulta, no endereço abaixo indicado, a partir de **24 de setembro de 2025 em formato digital**, mediante o pagamento dum montante não reembolsável de **50.000\$00 (cinquenta mil escudos)**. O método de pagamento pode ser por transferência bancária, na conta do ECV, E.P.E. junto do Tesouro, mediante emissão do DUC pelos Serviços de Contabilidade do ECV, E.P.E.

Lista de Estradas Nacionais (EN) Lote 2			
Ilha	Código de Estrada	Pontos extremos e intermédios	Extensão (km)
Santiago	EN1-ST-01	Rotunda ITAC (Circular EN1-ST-06) - São Domingos - Órgãos - Assomada - Tarrafal	60,961
	EN3-ST-12	Entroncamento EN1-ST-01 - São Jorge dos Órgãos - Longueira	3,500
	EN3-ST-13	João Teves (Entroncamento EN1-ST-01) - Montanha - Liberão - Entroncamento EN1-ST-03	7,797
	EN3-ST-17	Entroncamento EN1-ST-01 - Achada Igreja - Achada Leitão - Faveta - Jalalo Ramos	8,364
	EN3-ST-18	Volta Monte (Entroncamento EN1-ST-01) - Ribeira da Barca	8,188
	EN3-ST-19	Assomada (Entroncamento EN1-ST-01) - Gil Bispo - Boa Entradinha (Entroncamento EN3-ST-30)	5,876
	EN3-ST-21	Assomada (Entroncamento EN1-ST-01) - Fonte Lima - Mato Gêgê - João Bernardo	8,698
	EN3-ST-22	Assomada - Chã de Tanque - Porto Rincão	15,885
	EN3-ST-23	Cabeça Carreira (Entroncamento EN1-ST-01) - Ribeirão Manuel - Tomba Touro	6,900
	EN3-ST-26	Fundura (Entroncamento EN1-ST-01) - Figueira das Naus - Ribeira da Prata - Chão Bom (Entroncamento EN1-ST-01)	20,071
	EN3-ST-30	Cruz de Picos (Entroncamento EN1-ST-01) - Boa Entradinha-Chão Formoso	7,900
	ER-ST-08	Entroncamento EN3-ST-22 - Palha Carga - Entre Picos de Reda	7,400
	ER-ST-10	Entroncamento ER-ST-08 - Chã de Lagoa - Laranjinha - Casa Grande	4,600
	ER-ST-11	Tomba Touro - Monte Anica - Mato Sancho	2,800
	ER-ST-12	Tomba Touro(Entroncamento ER-ST-11) - Charco - Achada Leite	7,000
	ER-ST-16	Cutelo - Fundura	5,600
	ER-ST-17	Entroncamento EN3-ST-21 - Librão	1,200
SOMA:			182,740

- Ao Concurso podem candidatar-se empreiteiros com Alvará de 5ª Classe ou superior – da 2ª Categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas).
- A Avaliação das Propostas será efetuada segundo os requisitos técnicos e financeiros especificados no Dossier de Concurso.
- Os Concorrentes podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação do Dossier de Concurso para os endereços de correio eletrónico abaixo indicados, entre **24 de setembro de 2025 a 06 de outubro de 2025**. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao **dia 20 de outubro de 2025**.
- As Propostas dos Concorrentes elegíveis, redigidas na língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos no Dossier de Concurso, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde, E.P.E., **até às 10:00 horas do dia 30 de outubro de 2025**, em invólucro fechado, 1 (Um) exemplar em formato papel e 1 (Um) exemplar em formato digital (Pen-Drive).
- O **Ato público de abertura** das Propostas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no **30 de outubro de 2025 às 10:30 horas**, na presença dos representantes dos Concorrentes que assim desejarem assistir.
- As propostas deverão ser acompanhadas de uma **Garantia de Manutenção da Proposta** no valor de **1.000.000,00 CVE (um milhão de escudos cabo-verdianos)**.
- O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:

Estradas de Cabo Verde, E.P.E.
Avenida Santiago nº 28, 4º dir. e esq.
CP 343 –A
Palmarejo – Praia
República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52

Email: concursos@estradas.cv ; pedro.t.silva@mioth.gov.cv;

Com conhecimento: antonio.tavares@mioth.gov.cv;

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

Conselho de Administração da ECV, E.P.E.





SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE EM ESTRADAS NACIONAIS (SEMAC-EN), NA ILHA DE SANTIAGO

LOTE 3

Anúncio de Concurso Público Nacional O-ST-05/2025

1. A Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um Concurso Público Nacional, para a execução da empreitada de **Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais (SEMAC-EN)**, na Ilha de Santiago **Lote 3**.

2. Os **Serviços de Manutenção Corrente** devem ser assegurados a partir da data do início do contrato e por um período de **três (3) anos**, para as seguintes Estradas Nacionais.

Lista de Estradas Nacionais (EN) Lote 3			
Ilha	Código de Estrada	Pontos extremos e intermédios	Extensão (km)
Santiago	EN1-ST-05	Rotunda da Caiada (Circular - EN1-ST-06) - São Marinho Grande - Ribeira Grande de Santiago	6,073
	EN1-ST-06	Rotunda de Caiada - Rotunda de Trindade - Rotunda ITAC - Rotunda Aeroporto - Porto da Praia	19,045
	EN1-ST-07	Entroncamento EN1-ST-05 - Bota Rama - Salineiro - Entroncamento EN3-ST-06	5,129
	EN3-ST-01	Rotunda EN1-ST-06 - São Francisco - Vale de Custa	9,257
	EN3-ST-02	Rotunda Trindade (Circular - EN1-ST-06) - Hospital da Trindade	4,923
	EN3-ST-03	Trindade (Entroncamento EN1-ST-06) - Lapa Cachorro (Entroncamento EN3-ST-06)	8,380
	EN3-ST-04	Entroncamento EN3-ST-03 - São Martinho Pequeno - Entroncamento EN1-ST-05	3,173
	EN3-ST-05	Cidade Velha - Porto Gouveia - Porto Mosquito	9,921
	EN3-ST-06	Cidade Velha (Entroncamento EN3-ST-05) - Salineiro - Santa Ana	12,065
	EN3-ST-07	Entroncamento EN3-ST-06 - Rui Vaz - Entroncamento EN3-ST-09	5,610
	EN3-ST-08	Entroncamento EN3-ST-05 - Belém - Pico Leão	13,795
	EN3-ST-09	São Domingos (Entroncamento EM-SD-S6) - Rui Vaz - Monte Tchóta	9,566
	EN3-ST-10	São Domingos (Entroncamento EN1-ST-01) - Lem Pereira - Água de Gato (Entroncamento EN3-ST-09)	2,913
	EN3-ST-11	Godim (Entroncamento EN1-ST-01) - Banana - Mato Afonso - S. Cristóvão - Ribeira Seca - Entroncamento EN1-ST-03	10,700
	EN3-ST-15	Entroncamento EN1-ST-02 - Porto Madeira	2,700
	ER-ST-02	Belém (Entroncamento EN3-ST-08) - Santana (Entroncamento EN3-ST-06)	5,380
	ER-ST-04	Ribeirão Chiqueiro - Fontes - Ponta do Forno - Figueira Portugal - Hospital da Trindade	11,280
	Sem classificação	Sala - são cristóvão	1,300
Sem classificação	Acesso à Matão	0,800	
SOMA:			142,010

3. Ao Concurso podem candidatar-se empreiteiros com Alvará de 5ª Classe ou superior – da 2ª Categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas).

4. Para submissão das Propostas cada Concorrente tem de adquirir o Dossier de Concurso.

5. O Dossier de Concurso estará disponível, para compra e consulta, no endereço abaixo indicado, a partir de **24 de setembro de 2025 em formato**

digital, mediante o pagamento dum montante não reembolsável de **50.000\$00 (cinquenta mil escudos)**. O método de pagamento pode ser por transferência bancária, na conta do ECV, E.P.E. junto do Tesouro, mediante emissão do DUC pelos Serviços de Contabilidade do ECV, E.P.E.

6. Uma visita obrigatória às Estradas Nacionais, acompanhada pelos Técnicos da Estradas de Cabo Verde, E.P.E., está programada para o dia **03 de outubro de 2025**, com encontro na Estradas de Cabo Verde, às 09:00 horas, conforme as instruções apresentadas na “Parte III: Condições Especiais do Caderno de Encargos” do Dossier de Concurso.

7. A Avaliação das Propostas será efetuada segundo os requisitos técnicos e financeiros especificados no Dossier de Concurso.

8. Os Concorrentes podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação do Dossier de Concurso para os endereços de correio eletrónico abaixo indicados, entre **24 de setembro de 2025 a 06 de outubro de 2025**. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao **dia 20 de outubro de 2025**.

9. As Propostas dos Concorrentes elegíveis, redigidas na língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos no Dossier de Concurso, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde, E.P.E., **até às 10:00 horas do dia 30 de outubro de 2025**, em invólucro fechado, 1 (Um) exemplar em formato papel e 1 (Um) exemplar em formato digital (Pen-Drive).

10. O **Ato público de abertura** das Propostas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no **30 de outubro de 2025 às 12:30 horas**, na presença dos representantes dos Concorrentes que assim desejarem assistir.

11. As propostas deverão ser acompanhadas de uma **Garantia de Manutenção da Proposta** no valor de **1.000.000,00 CVE (um milhão de escudos cabo-verdianos)**.

12. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:

Estradas de Cabo Verde, E.P.E.
Avenida Santiago nº 28, 4º dir. e esq.
CP 343 –A
Palmarejo – Praia
República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52

Email: concursos@estradas.cv; pedro.t.silva@mioth.gov.cv; Brucelinda.Veiga@mioth.gov.cv;

Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv; manuel.v.fernandes@gov.cv

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

Conselho de Administração da ECV, E.P.E.





Ministério das Infra-Estruturas,
do Ordenamento do Território e Habitação



**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (PE)
PARA A REABILITAÇÃO DA ESTRADA BOCA DE FIGUEIRAL/JOÃO
AFONSO, NA ILHA DE SANTO ANTÃO**

ANÚNCIO DE CONCURSO Nº C- SA-02/2025/P178644_02/MIOTH

RETIFICAÇÃO

A Estradas de Cabo Verde, E.P.E., comunica aos interessados que no âmbito do **Concurso Público N.º C-SA-02/2025/P178644_02/MIOTH para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a Elaboração do Projecto de Execução para a Reabilitação da Estrada Boca de Figueiral/João Afonso, na ilha de Santo Antão**, retificam-se as datas de solicitação e prestação de esclarecimentos, bem como a da entrega das candidaturas, nos seguintes termos:

As sessões relativas à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência do Concurso, inicialmente previstas entre os dias 17 e 22 de setembro de 2025, passam para os dias 24 e 29 de setembro de 2025.

Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia 03 de outubro de 2025, sendo que a entrega das propostas decorrerá até às 10h00 do dia 06 de outubro de 2025, com a respetiva abertura no mesmo dia, pelas 10h30.

Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO
- Anúncio - 1ª Publicação -

Autos: Ação Especial de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira nº 66/2025.

Requerente: José Domingos de Oliveira Borges.

Requerido(a): **Julieta Martins dos Santos, maior de quarenta anos de idade solteira, filha de João Mendes dos Santos e de Francisca Martins de Oliveira residente em parte incerta de Luxemburgo.**
000000

A Dr. Rosa Carlota Martins Branco Vicente, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicado, é citado o(a) requerido(a), para no prazo de **10 dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 dias**, contada da segunda e última publicação do anúncio, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (**Divorcio Decretado pelo Tribunal Distrital de Luxemburgo**), pelos factos e fundamentos constantes na petição inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

diente.

Mais se notifica o(a) requerido(a) que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, e que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **12.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**24.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (30.000\$00), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ e que pode requerer o benefício de Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que serão legalmente publicados.

Cidade de Assomada, aos dezasseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco.



Ministério das Infra-Estruturas,
do Ordenamento do Território e Habitação



**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (PE) PARA
REABILITAÇÃO DA ESTRADA MILHO BRANCO/ACHADA BALEIA/
NOSSA SENHORA DA LUZ/MOIA MOIA, NA ILHA DE SANTIAGO**

ANÚNCIO DE CONCURSO Nº C-ST-03/2025/P178644_02/MIOTH

RETIFICAÇÃO

A Estradas de Cabo Verde, E.P.E., comunica aos interessados que no âmbito do **Concurso Público N.º C-SA-02/2025/P178644_02/MIOTH para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a Elaboração do Projecto de Execução para a Reabilitação da Estrada Boca de Figueiral/João Afonso, na ilha de Santo Antão**, retificam-se as datas de solicitação e prestação de esclarecimentos, bem como a da entrega das candidaturas, nos seguintes termos:

As sessões relativas à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência do Concurso, inicialmente previstas entre os dias 17 e 22 de setembro de 2025, passam para os dias 24 e 29 de setembro de 2025.

Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia 03 de outubro de 2025, sendo que a entrega das propostas decorrerá até às 10h00 do dia 06 de outubro de 2025, com a respetiva abertura no mesmo dia, pelas 10h30.

Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e quatro do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e seis, de folhas dezassete a dezoito, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia quinze do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, em Roterdão, onde teve a sua última residência habitual em São Vicente, faleceu a referida **Ida Lima Cabral**, com dupla nacionalidade, cabo-verdiana e neerlandesa, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de divorciada.

A falecida fez testamento público, lavrado neste Cartório Notarial, no dia dezasseis do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e quatro, no respetivo livro número dois, folhas dezoito verso a dezanove verso, e sucederam-lhe, como

herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Porfíria Marcelina Cabral Rodrigues, acima devidamente identificada; b) Orlandina Lima Cabral Rodrigues**, casada com William Christian Rombly, sob o regime da separação de bens, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente nos Países Baixos.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **“de cujus”**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1019902

Conta n.º 202514591

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente,
Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP
*, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333)
3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO P/S: **Daniel Lopes Ferreira**

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia onze de Setembro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 37F, 38F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS, por óbito de António Sanches Gonçalves**, falecido no dia sete de Fevereiro de dois mil e vinte e três, em Chão Bom, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Umbelina Gomes Silva**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Firmina Gomes Rodrigues**, no estado de falecida, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com ultima residência em Ribeira da Prata, **Domingas Gomes Rodrigues**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **João dos Reis**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente França, **Antonina Landim Gonçalves**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Pedro Amante de Ramiro Furtado**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Portugal, **Domingos Landim Gonçalves**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom, **Arlindo Lopes Frederico Gonçalves**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **João Mário Lopes Frederico Gonçalves**, divorciado, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em França, **Gustavo Lopes Frederico**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em São Domingos.

No dia **cinco de Setembro de dois mil e oito**, em Ribeira da Prata, faleceu a Senhora **Umbelina Gomes Silva**, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com ultima residência em Ribeira da Prata, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Firmina Gomes Rodrigues**, no esta do de falecida e era solteira, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com ultima residência em Ribeira da Prata, **Domingas Gomes Rodrigues**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **João dos Reis**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.

No dia **vinte e um de Setembro de dois mil e vinte e três**, em Portugal, faleceu a Senhora **Firmina Gomes Rodrigues**, no estado de solteira, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com ultima residência em Ribeira da Prata, sem testamento e disposição de ultima vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros sem ascendente e nem descendente os seus irmãos, acima identificados:

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do **“de cujus”**.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quinze dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 1011283/2025.

O NOTÁRIO P/S,

[Assinatura]
/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 02 de Setembro de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, de folha 53 frente a 54 verso, uma escritura de **Justificação Notarial**, na qual as senhoras, **Clara Ferreira Évora**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, residente em Portugal e **Janette Cristina Ferreira Pires** solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Lombinho, Paul e os seus irmãos, herdeiros habilitados de **Zeferino Luis Pires Fortes**, a saber: **a) Juvénio Claudio Santos Pires**, solteiro, maior, residente em Portugal; **b) Odair Jorge Santos Pires**, solteiro, maior, residente em Ribeirinha, ilha de São Vicente; **c) Natalina. Rodrigues Pires dos Santos**, casada com Denis Silva Pires dos Santos, sob o regime da comunhão geral de bens, residente em Espia, São Vicente; **d) Arlindo Mota Pires**, solteiro, maior, residente em Espargos, ilha do Sal; **e) Anísia Mota Pires**, solteira, maior, residente em Sal Rei, ilha de Boavista; **f) Nataline Rodrigues Pires**, solteiro, maior, residente em Chã de Alecrim, ilha de São Vicente; **g) Dani Elson Delgado Pires**, solteiro, maior, residente em Sal Rei, ilha de Boavista; **h) Elton Jorge Ferreira Pires**, casado com Samira Santos Sousa da Luz Pires, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **i) Viviane Alene Delgado Pires**, casada com Celestino Lima, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em França; estes naturais da freguesia Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão; **j) Girson Ferreira Pires**, solteiro, maior, residente em Sal Rei, ilha de Boavista e **k) Larissa Silene Ferreira Pires**, solteira, maior, residente em Lombinho, Paul, estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, se declaram, donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do prédio urbano, que se compõe em rés do chão com cinco compartimentos, uma sala comum, uma cozinha, dois quartos de dormir e uma casa de banho, medindo **sessenta metros quadrados**, situado em Lombinho, Paul, confrontando do Norte com Ida Lopes Silva, Sul com Alcindo Costa Mota, Este com estrada e Oeste com Herdeiros de Helena Lima Tavares, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas sob o número **1421/0**, com o valor matricial de quinhentos mil escudos, omissos no registo predial. Que, o referido prédio veio à posse de Clara Ferreira Évora e do falecido Zeferino Luis Pires Fortes, por compra feita a senhora Maria Purificação Lima Tavares, em 15 de Junho de 2003, altura em que procederam ao registo da sua transmissão junto dos serviços competentes, na altura o referido prédio se encontrava em pardieiro. Que após o negócio, Clara Ferreira Évora e o falecido Zeferino Luis Pires Fortes, deram início das obras de construção do prédio que ora se justifica. Que a posse dos herdeiros de Zeferino Luis Pires Fortes e de Clara Ferreira Évora, já dura há onze anos, juntam a posse de Clara Ferreira Évora e do falecido Zeferino Luis Pires Fortes, que durou treze anos. Que, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permitem fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa sempre exercida à vista de todos e sem interrupção ou ocultação de quem quer seja. Que, após ao negocio particular de compra e venda, os justificantes entraram na posse efetiva do referido prédio, sempre exercida pelos justificantes sem a menor oposição, de quem quer que seja, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, designadamente, pagamentos dos impostos, pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial. Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paú, 03 de Setembro de 2025.

Artº.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo200\$00

Total.....1.200\$00

Importa em mil e duzentos escudos.

Processo n.º **1007039**.

Conta reg. sob o n.º **202512105**.

A Conservatória Notarial Por Substituição,

[Assinatura]
/Sónia Livramento da Cruz Pires/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83 / VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia doze do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e cinco, de folhas noventa e quatro verso a 95 verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia dez do mês de novembro do ano dois mil e vinte, em Dakar/Senegal, onde teve a sua última residência, faleceu **Maria do Rosário Morais**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de solteira.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Nathalie Sylva; b) Annie Clara Silva; c) Helene Clara Silva;** estes residentes em Dakar - Senegal; **d) Alain Gabriel Silva; e) Eric Gabriel Silva;** estes residentes em França; todos solteiros, maiores, naturais do Dakar Senegal.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida “**de cujus**”.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos dezasseis de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1012382

Conta n.º 202514361

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 2313100/VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia doze do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas setenta e três a setenta e quatro, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia trinta e um do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e três, no Hospital, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual em Ponta Verde, faleceu **ADÉLIA DE PINA LOPES**, que também usava **ADÉLIA DE PINA**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de viúva.

Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber, **1. Antónia Lopes**, solteira, maior, residente nos Estados Unidos da América; **2. Manuel António Pina Lopes**, casado com Lúcia Borges Lopes, sob o regime da comunhão geral de bens, residente nos Estados Unidos da América; **3. Júlio de Pina Lopes**, casado com Maria Helena Mendes Lopes, sob o regime da comunhão de adquiridos, segundo declaram, residente nos Estados Unidos da América; **4. Marcelino de Pina Lopes**, solteiro, maior, residente em Achada São Filipe, ilha de Santiago; **5. Maria da Graça Lopes da Silveira**, casada com Hernani António Inácio da Silveira, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América, e **6. Isabel Lopes de Pina Andrade**, casada com João da Luz Vieira de Andrade, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Forno, ilha do Fogo, todos naturais da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **Adélia de Pina Lopes**, que também usava **Adélia de Pina**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos doze de Setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.... 1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:..... 1.200\$00

Processo n.º 1012333

Conta sob o n.º 202529044

O Notário,

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

NOTÁRIO: José Ulisses Fortes Furtado**EXTRACTO**

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezoito de Abril de dois mil e vinte e quatro, de folhas 106, no livro de notas para escrituras diversas número 5/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Nildo Borges**, falecido no dia vinte e dois de Setembro de dois mil e vinte e três, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como único e universal herdeiro o seu filho: **Gilson Cláudio Pereira Borges**, solteiro, maior, natural de freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom.

E, que não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quinze dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 700370/2025.

O NOTÁRIO p/s,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezassete de Setembro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 43 F e 44 F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS, por** óbito de **Juvenal Sanches Semedo**, falecido em Ribeira da Prata, no dia vinte e seis de Julho de dois mil e vinte e cinco, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Alice Dias Tavares Fernandes**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Ribeira da Prata, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **José António Fernandes Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Celina Tavares Semedo**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Natalino Borges Varela Sanches**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Celestino Tavares Sanches**, solteiro, maior, natural da Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Maria Hirondina Dias Semedo**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Juvêncio Dias Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Jair Tavares Sanches**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Eugénio Sanches Tavares**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Amílcar Tavares Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata e **Edna Suzete Sanches Semedo**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezanove dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 1015128/2025.

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24 / VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira/

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia dezoito do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número quatro, de folhas cinquenta e cinco a cinquenta e seis verso, a escritura de Justificação Notarial, na qual, **MANUEL LEDO NUNES DE PINA**, contribuinte fiscal número um, um, seis, três, sete, zero, um, três, zero, casado com Adelina José Marcelino, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha do Fogo, onde reside em Mãe Joana, se declara dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do prédio urbano de rés-do-chão com varanda, fonte de água, sala de estar, cozinha, caixa escada, garagem, saguão, dois quartos, casa de banho e suite com casa de banho privada, e primeiro andar com caixa escada, sala de estar, duas varandas, cozinha, três quartos, casa de banho, suite com casa de banho privada, caixa escada e terraço, construído no terreno com área de **cento e oitenta e nove vírgula vinte e dois metros quadrados**, situado em Mãe Joana, ilha do Fogo, confrontando do Norte com terreno mesmo dono, do Sul com via pública, do Este com Alexandre José Nunes, e do Oeste com via pública, com valor matricial de três milhões de escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número **1091/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório.

Que, o referido prédio foi construído de raiz pelo justificante, com recursos próprios, no sítio aonde existia um pardieiro que lhe foi doado verbalmente em mil, novecentos e setenta e cinco por sua avó Francisca Nunes. Que, esta por sua vez, havia adquirido o terreno aonde foi edificado o prédio acima identificado por herança da mãe Defina Nunes. Que, entretanto, a natureza meramente verbalmente da dita doação, impossibilita-o de fazer a primeira inscrição no registo predial, visto que não há título que comprove a correspondente transmissão.

Que, após a doação, o justificante entrou na posse do mesmo, iniciando imediatamente a construção do prédio urbano acima identificado, posse essa que dura há cerca de cinquenta anos, e sempre exercida pelo justificante sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dezoito de Setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....200\$00

Selo do acto.....1.000\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1016168

Conta sob o n.º **202505103**

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Catarina do Fogo, Santa Catarina - Fogo, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 282 10 50/VOIP (333) 8243, (333) 8283, Email: Conservatoria.CartorioSCFogo@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira publicação**, que no dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 66º do livro de notas número E/82, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, Lic. José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbitos de **Ida Lopes da Silva Tavares e Esmeralda Cristo Lopes da Silva Gonçalves**; Que, no dia quatro de setembro de dois mil e dezasseis, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual nesta cidade do Mindelo, faleceu, sem testamento ou escritura de doação por morte, **IDA LOPES DA SILVA TAVARES**, de noventa e oito anos, que foi natural da freguesia de Santra Isabel, concelho e ilha de Boa Vista, no estado de viúva. - Que a falecida não deixou herdeiros legítimos, e lhe sucedera como única herdeira, a sua sobrinha, **Maria De Fátima Lopes Da Silva Gonçalves Figueiredo Silva**, acima identificada, esta filha da sua irmã germana, pós-falecida Esmeralda Cristo Lopes Silva Gonçalves; - Que entretanto, no dia nove de julho de dois mil e vinte e dois, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a

sua última residência habitual nesta cidade do Mindelo, faleceu, **ESMERALDA CRISTO LOPES SILVA GONÇALVES**, que foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho e ilha de Boa Vista, no estado de viúva. - Que a falecida não deixou testamento ou escritura de doação por morte, e sucedera como única herdeira a sua filha Maria De Fátima Lopes Da Silva Gonçalves Figueiredo Silva, já acima identificado. -Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março. -Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 22 de setembro de 2025.

Conta: 202563925 Processo- 1017642

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo.....200\$00

Total1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

O Notário

/José Manuel Santos Fernandes/

1º Cartório Notarial de São Vicente, Voip-3104- Alto São Nicolau, Notário. Lic. José Manuel Santos Fernandes

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº3 do artigo 100.º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **93**, a folhas **17 a 18 vº**, foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notaria**, em que **Domingas Lopes Gonçalves Soares**, viúva, contribuinte fiscal número 191414999, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, residente em Portugal, é dona e legítima possuidora em exclusão de outrem, do **prédio urbano**, primeiro andar, construído de pedras e blocos, coberto de betão armado, sendo rés-do-chão e primeiro andar composto por uma sala comum, três quartos de dormir, uma cozinha, duas casas de banho, corredor, hal, caixa escada e varanda, medindo **169.33m2 (centos e sessenta e nove virgula trinta e três metros quadrados)**, situado em Chá de santos – freguesia e concelho de Santa Catarina – ilha de Santiago, confrontando do Norte com Lote nº C, Sul coim lote nº E, Este com Via Pública e Oeste com Ribeira, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número **41943/0**, com o valor matricial de **três milhões, seiscentos e vinte e oito mil e oitocentos escudos**, omissos nas Conservatórias dos Registos Predial de Santa Catarina e da Praia.

Que o referido prédio lhe veio a posse por doação feita no ano de mil novecentos e noventa e nove pela senhora **Maria da Luz Mendes Ferreira**, irmã da justificante, já falecida, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respectivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde o ano de mil novecentos e noventa e nove, portanto, **há mais de vinte anos**, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respectivos encargos, pelo que adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas, se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recursos hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e cinco.

Emol:.....1.000\$00
Imp. de Selo do acto....200\$00
Total:.....1.200\$00 (mil e duzentos escudos)
Conta n.º 1003242

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia dezoito do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e seis, de folhas quatro verso à cinco verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia trinta do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco, num domicílio, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência em Mindelo, faleceu **Violante Maria Silva Ferreira**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de viúva.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Gertrudes Silva Ferreira**, pré-falecida sem descendentes; **b) Maria Rosa Silva Ferreira**, solteira, maior, residente na cidade da Praia; **c) Maria Hotelma Silva Ferreira**, divorciada, residente em Mindelo; **d) Zelia Taurina Silva Ferreira**, divorciada, residente em Portugal; **e) Ana Sofia Silva Ferreira**, divorciada, residente em França; **f) João Manuel Silva Ferreira**, casado com Maria de Fátima Delgado Dias Ferreira, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Porto Novo; **g) Nidia Bebiãna Silva Ferreira**, solteira, maior, residente nos Estados Unidos da América; **h) Verónica Violante Silva Ferreira**, solteira, maior, residente em Portugal; estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente; **i) Eduiza Violante Silva Ferreira Ramos**, casada com Pedro Jesus Ramos, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho e ilha do Sal, residente em Mindelo.

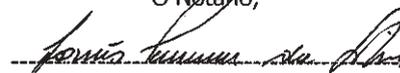
Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida “de cujus”.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 1016663
Conta n.º 202514469

O Notário,


/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9ª, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e cinco de Julho de dois mil e vinte e cinco, de folhas 36F e 36V, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Manuel Pereira**, falecido em França, no dia vinte e um de Abril de dois mil e vinte e quatro, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Eusebia Lopes da Costa**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Manuel António Pereira da Costa**, solteiro, maior, natural de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal,

residente em França, **Celina da Costa Pereira**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Ana Maria da Costa Pereira**, solteira, maior natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quinze dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custa..... 1.000.00
Imp. de selo..... 200.00
Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 1010188/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24 / VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 1ª Série, que no dia vinte do mês de Agosto do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas trinta e oito verso a quarenta, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e nove do mês de Setembro do ano mil, novecentos e noventa e cinco, em Luzia Nunes, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **MARIA DE BARROS**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de solteira.

Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber, **i. Alice de Barros**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residente nos Estados Unidos da América; e **ii. Manuel de Barros**, à data do óbito, casado com Maria Isabel Barros Barbosa, sob o regime da comunhão de adquiridos, já falecido e abaixo melhor identificado.

Que, entretanto, no dia onze do mês de Março do ano dois mil e quinze, em Luzia Nunes, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **MANUEL DE BARROS**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de casado com Maria Isabel Barros Barbosa, sob o regime da comunhão de adquiridos.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber, **1. Lanissa Isabel de Barros Barbosa**, residente em Luzia Nunes; **2. Raul Jorge Barros Barbosa**, residente em Luzia Nunes; **3. Eliandro João Barbosa Barros**, residente em Luzia Nunes; **4. Ludiana Isabel Barbosa Barros**, residente em Portugal; **5. Fátima Suzete Barbosa Barros**, residente em Portugal; e **6. Eliana Patrícia Barbosa Barros**, residente em Luzia Nunes, todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **Maria de Barros e Manuel de Barros** **ESTÁ CONFORME**.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos vinte de Agosto de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 997350

Conta sob o n.º 202526115

O Notário,

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia dezassete do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas oitenta verso a oitenta e um, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia catorze do mês de Maio do ano dois mil e onze, em Brockton, Plymouth, Estados Unidos da América, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **DOMINGOS GARCIA DE PINA**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, ilha do Fogo, no estado de casado com Natália Alves Ribeiro de Pina, sob o regime da comunhão de adquiridos.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos,

a saber, **1. Elton Domingos Gomes de Pina**; **2. Eliza Maria Gomes de Pina**; **3. Elizeu António Gomes de Pina**; **4. Nice Sibel Andrade de Pina**; **5. Nilton Domingos Andrade de Pina**; e **6. Patrícia Cristina Andrade de Pina**, todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residentes nos Estados Unidos da América.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Domingos Garcia de Pina**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe aos dezassete de Setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2..... 1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1015440

Conta sob o n.º 202530310

O Notário,

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 1ª Série, que no dia dezanove do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e seis, de folhas oito verso a nove verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia nove do mês de setembro do ano dois mil e vinte e um, em Nápoles - Itália, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **André da Cruz Costa**, com dupla nacionalidade, cabo-verdiana e italiana, natural que foi da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Rosa Francisca Rodrigues Costa, sob o regime da comunhão de adquiridos.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Jailson Costa**, casado com Roberta Russolillo, sob o regime da comunhão

de adquiridos, natural da Itália, onde reside; **b) Romina Gomes Costa**, solteira, maior, residente em Ribeirinha; **c) Eduíno Alvarez da Cruz**, casado com Anísia Delgado da Luz Alvarez, sob o regime da comunhão geral de bens, residente em França; **d) Rodnina Delgado Costa**, solteira, maior, residente em Porto Novo - Santo Antão; estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido "de cujus".

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:..... 1.200\$00
Processo n.º 1017887
Conta n.º 202514513

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Agradecimento e Missa do Primeiro Mês

Os pais Martinho Mendes Fernandes e Maria Alice da Costa Andrade Barros, irmãos, filhas e demais familiares, recolhidos e com profundo pesar, vêm por esta via, ainda consternados, pesarosos e muito sensibilizados, agradecer, profunda e reconhecidamente, a todas as manifestações de apoio, carinho, conforto e solidariedade, que lhes foram e continuam sendo prestadas, aquando do falecimento da sua querida e inesquecível **ANA PAULA BARROS FERNANDES**, antiga funcionária da Delegacia de Saúde da Praia.

Aproveitam esta oportunidade para convidarem a todos os Familiares, Parentes, Amigos e pessoas das suas relações, a participarem na **MISSA DO PRIMEIRO MÊS**, que mandam rezar em Memória da sempre lembrada **ANA PAULA BARROS FERNANDES**, na **quinta-feira**, dia **02 de outubro**, pelas **07H00** (sete horas da manhã), na **Igreja do Bairro**, Cidade da Praia



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 25 de Setembro

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

SEXTA - 26 de Setembro

FARMÁCIA 2000
Achadina Baixo - T: 261 56 55

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SÁBADO - 27 de Setembro

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

DOMINGO - 28 de Setembro

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

SEGUNDA - 29 de Setembro

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

TERÇA - 30 de Setembro

AFRICANA
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

QUARTA - 24 de Setembro

AVENIDA
Fazenda - T: 261 36 90

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos - Santiago, com 406.10m2. Uso habitação Misto.



Contacto: (+238) 999 52 69